



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 48**

Sessão Ordinária Novembro/Dezembro

Reunião em 22/11/2024

Aos vinte e dois dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede da Assembleia Municipal de Aveiro, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretária Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e pela Segunda Secretário, Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Sandra Maria Sindão Monteiro, João Bastos Figueiredo, Isabel Cristina Cruz Barbosa, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Emanuel Sousa Cardoso, Miguel António Costa da Silva, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Eneide Manuela Soares da Silva Figueiredo Ferreira, Sílvia Fernandes Ribau, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco Cunha Picado, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, António José de Jesus Monteiro, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e António Armando de Matos Nabais.<sup>001</sup>

Faltou a deputada Joana Filipa Ramos Lopes.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luís Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rosa Maria Monteiro Venâncio, e Rui Jorge Soares Carneiro.

Faltou o Vereador João Filipe Andrade Machado.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Jorge Manuel Correia Girão, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Batista, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Eneide Manuela Soares da Silva Figueiredo Ferreira, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, António José de Jesus Monteiro, e António Armando de Matos Nabais.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Joana de Oliveira Teixeira, Rogério António Gonçalves Cachide, Maria João Matos, Ivo Renato Teixeira Rodrigues, António Fernando Mendes Couto, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, António Manuel Santos Salavessa, Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, e Nuno Filipe Moreira Teixeira, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Henrique da Rocha Vieira, e Fernando Tavares Marques, se fizerem substituir nesta reunião da sessão, por Sandra Maria Sindão Monteiro, João Bastos Figueiredo, Isabel Cristina Cruz Barbosa, Daniela Carla Sousa Pinto, Fernando Emanuel Sousa Cardoso, respetivamente.<sup>003</sup>

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a Convocatória/Ordem-do-Dia de continuação, enviada aos deputados municipais para esta Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

**Ponto 2 - Apreciação e votação do Plano Estratégico Educativo do Município de Aveiro (PEEMA);**

**Ponto 3 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados 2025;**

**Ponto 4 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2025;**

**Ponto 5 - Apreciação e votação da Derrama para 2025;**

**Ponto 6 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2025;**

**Ponto 7 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2025;**

**Ponto 8 – Apreciação e votação da Atualização de Taxas 2025 do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas;**

**Ponto 9 – Apreciação e votação da Atualização de Taxas 2025 do Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro;**

**Ponto 10 – Apreciação e votação da Moção “Defesa da cessação da ofensiva das forças armadas israelitas e apoio à ajuda humanitária”;**

**Ponto 11 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação “Defesa de não contratação da empresa envolvida no esforço de guerra, no genocídio em gaza e na ocupação ilegal de colonatos”.**

De seguida o Presidente da Mesa, deu por iniciados os trabalhos convocados para a reunião da sessão.

**Ponto 2 - Apreciação e votação do Plano Estratégico Educativo do Município de Aveiro (PEEMA).**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/10/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).*

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra<sup>004</sup> ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>005</sup>

*“Muito obrigado, boa noite a todos e a todas. Enfim, uma introdução sumária, isto é o fim de um longo caminho, participado por quem quis participar com os contributos que cada um livremente entregou. Foram poucos em quantidade, mas os que recebemos foram muito úteis para chegarmos ao final, enfim, na plataforma institucional que modelou a proposta base que a Câmara Municipal elaborou, que foi obviamente o nosso concelho municipal de educação e pronto. Obviamente, chegar ao final com os atos formais que praticámos já no executivo municipal e que, obviamente, apresentamos à Assembleia Municipal que na última instância é quem responsabiliza e a competência legal de aprovar este plano estratégico.*

*Ele é isso mesmo, embora quando olhamos para ele e quando o lemos e estudamos, encontramos aquilo que são as lógicas que temos seguido no enquadramento da política de educação, no enquadramento estratégico da política de educação que, enfim, numa lógica prospetiva, que é essa a lógica base que o plano tem, ancorar-se naquilo que temos feito, mas ter essa capacidade prospetiva e além da obrigação legal que temos para cumprir e instrumental para algumas operações, nomeadamente de conquista de fundos comunitários, enfim, cumprimos o preceito de termos referenciado entre nós todos, como comunidade, aquelas que são as linhas estratégicas, porque é disso que se trata nesta área, sempre prioritária, que é a área da Educação.*

*Nós encontramos esta definição dos 5 pilares em que, enfim, usámos esta expressão, os pilares que suportam Aveiro, obviamente, numa lógica figurativa, naquilo que é o desenvolvimento, a vivência e as estratégias que temos seguido e que entendemos que devemos seguir, portanto, Cidadania, Conhecimento, Inovação, Desenvolvimento e Cultura.*

*E procurar que nestes pilares se enquadrem os 6 eixos que em cima dos quais estruturamos o plano estratégico. E eles são, só para deixar a referência, o eixo 1, é promovermos escolarização de qualidade, enfim, com a referência de uma educação para o sucesso. Sempre a lógica de que um dos objetivos do processo educativo é o sucesso. Obviamente é que os objetivos fixados sejam cumpridos. Isto quer dizer sucesso e na qualidade e no sucesso não há limite. O limite, enfim, é sempre fazer amanhã melhor do que aquilo que conseguimos fazer hoje, essa é a lógica básica que que sempre referenciamos.*

*O eixo 2, apostar no conhecimento ao longo da vida. Portanto, esta lógica de processo educativo não se cinge aos 12 anos obrigatórios, aos 12 anos, mais uma função superior de 3 ou de uma outra duração qualquer de 5 ou mais anos, mas que há um processo de formação que faz sentido e que é útil para a comunidade e para o indivíduo que tenha esse padrão da vida, da referência daquilo que é a vida, a existência de vida de todos nós.*

*O eixo 3, é esta componente da tecnologia e da inovação. E, portanto, termos sempre esta esta componente tecnológica agregada ao processo numa perspectiva inclusiva e daí a frase que se agregou ao eixo de uma educação para todos. Muitas vezes essa abordagem é feita, enfim, numa lógica muito de especialidade e depois, enfim, poucos são os especialistas e muito fica para trás e, portanto, deve-se ter esse cuidado de colocar esta matéria numa perspectiva transversal e mobilizadora de todos aqueles participam no processo educativo.*

*O eixo 4, cultura e património cultural e ambiental. Portanto sempre estas 2 componentes, como gostamos de dizer, aliás, ainda o disse aqui hoje nesta sala, na intervenção que fiz no quadro das nossas Jornadas do Património que organizamos anualmente com o nosso parceiro a ADERAV, que é a cultura e os valores ambientais. São os únicos 2 fatores que o capital não leva para lado nenhum. Tudo o resto leva, indústria, universidade, tudo e mais*

*alguma coisa. Há 2 fatores que não saem daqui que estão amarrados ao território, às gerações que aqui viveram e, portanto, na educação, essa dimensão tem que ser estrategicamente colocada e quisemos deixá-la bem expressa neste eixo 4.*

*O eixo 5, que, enfim, houve um tempo que achamos que era uma coisa démodé, mas hoje achamos que ela tem que voltar a ter uma prioridade muito muito forte, que é esta matéria dos valores de cidadania. Uma educação que cuide, que cultive, os valores de cidadania e esta foi das matérias, enfim, mais discutidas, não exatamente numa lógica sectária nalguma das suas componentes, mas, nesta lógica de termos a humildade de perceber que temos a geração mais capacitada, mais formada em termos do processo formal, mas há aqui crises nos valores de cidadania e, portanto, a educação tem que cuidar dessa componente e daí a integrarmos no eixo5.*

*O eixo 6, também ele muito, muito importante também. Enfim, há algum tempo, achámos que não fazia sentido, mas faz imenso sentido, que é esta dimensão da educação e da relação de educação para a elaboração, a vivência, a consolidação, dos hábitos de vida saudável. Portanto são estes os 6 eixos que entendemos fazerem sentido para estruturar. Registamos o alargado consenso na construção deste documento, também na sua versão final.*

*Quero deixar obviamente um agradecimento a todos aqueles que participaram, que contribuíram, muito especialmente a todas as entidades e as pessoas que têm assento no Conselho Municipal de Educação. E, obviamente, à nossa a nossa equipa da divisão de educação e desporto. A nossa chefe de divisão, doutora Celeste Madaíl e ao vereador que tem o pelouro Vice-presidente Rogério Carlos, por toda a coordenação deste trabalho que permite chegarmos aqui e de nos sentirmos bem com o documento que trazemos à consideração da Assembleia Municipal.*

*Obviamente, estarei ao dispor com a ajuda do vereador Rogério Carlos para alguma questão de maior pormenor e que ele possa estar melhor do que eu para responder. Portanto, estamos obviamente ao dispor para qualquer questão que entendam por bem nesta matéria. Muito obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Silvia Ribau (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

*“Boa noite a todos. O plano estratégico educativo do município de Aveiro apresentado para os próximos 4 anos é um instrumento crucial, sendo este orientador das ações presentes e futuras para a Educação no concelho. E, neste contexto, competências reforçadas por parte dos municípios, um plano estratégico, educativo, municipal, sustentado e estruturado como este está, torna-se ainda mais fundamental. O documento mostra numa 1ª parte, uma série de dados referentes à população, a rede escolar e a sua estrutura, às obras realizadas, a população escolar. E vou realçar um dos dados apresentados, a taxa de abandono escolar. Em Aveiro está abaixo, bastante inferior à média nacional, o que mostra um trabalho eficaz, com estratégias inovadoras em termos de retenção de alunos. Estratégias e ações implementadas em toda a rede escolar do concelho nos últimos anos.*

*Outro dado interessante. Apesar da população de Aveiro ter crescido na última década, cerca de 3,2% e, apesar da taxa de abandono escolar ser mais reduzida em Aveiro do que a nível nacional, a população escolar diminuiu nos últimos anos, fruto das alterações da estrutura demográfica, de uma população cada vez mais envelhecida.*

*Estes números trazem uma responsabilidade acrescida de necessidade de especialização da educação e da definição minuciosa dos objetivos a cumprir, assim como dos respetivos processos de avaliação de resultados.*

*Por fim, dizer que as plano estratégico educativo para o município de Aveiro, cumpre com os desafios da sociedade atual e futura; aposta na introdução da tecnologia, do*

*empreendedorismo e da criatividade nos processos educativos; aposta no conhecimento ao longo da vida e aposta também, como realçou por último o senhor presidente do executivo, nos valores de cidadania, para uma comunidade justa, inclusiva e participativa.”*

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

*“Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal na sua pessoa saúdo todos os que assistem e participam nesta sessão e aqueles que nos observam de outra forma, via tecnológica.*

*A questão que antecede este Plano Estratégico, e que convém referir mais uma vez, tem a ver com a transferência de competências nesta matéria para os municípios. Considerando o PCP que este processo em curso constitui uma ameaça à universalidade do direito à educação, à universalidade no acesso à educação e à Escola Pública, e à universalidade nas condições que garantam e promovam o sucesso educativo.*

*Partindo do pressuposto que estes direitos devem ser garantidos pelo município neste plano estratégico, vai nesse sentido esta análise, iniciando-se com um pedido de esclarecimento sobre os detalhes do processo de participação ou de cocriação deste Plano com as entidades parceiras e de que forma isso se traduz nos planos de ação.*

*Os planos de ação previstos são vagos e conservadores e terão que ser examinados no decorrer da marcha. Mas pouca importância é dada a aspetos como a melhoria das condições de trabalho nas escolas, de professores e pessoal auxiliar, à inclusão de todos, nomeadamente a população imigrante, à promoção interculturalidade pelo respeito à diferença, a educação para a não violência e a igualdade de género. Uma escola inclusiva onde o sucesso escolar não é apenas uma questão de número, mas uma prática diária e onde se promovam os valores da liberdade e fraternidade. Disse.”*

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

*“Boa noite senhores presidentes da Assembleia e Câmara Municipal. Senhores vereadores, deputados municipais, restante público presente. Nós não podemos ignorar os rankings nacionais das escolas. E o que salta à vista devia merecer reflexão de todos, que é o seguinte: portanto nós sabemos que os rankings não deviam ser lidos de uma forma linear. No entanto, também sabemos que será ingenuidade ignorá-los. E o que nos dizem os rankings? Dizem-nos, por exemplo, que em 2023 a nível nacional, das 50 escolas mais bem posicionadas nos exames nacionais do ensino secundário, há apenas 6 escolas públicas.*

*Portanto, significa que atualmente os alunos de famílias com maior poder de compra fogem do público, por considerarem que este deixou de oferecer um ensino de qualidade de outros tempos.*

*Portanto as escolas públicas que deveriam ser os elevadores sociais por excelência, transmitindo aos alunos as qualificações necessárias para eles subirem na vida e poderem construir um futuro melhor, não estão a desempenhar esse papel como já desempenharam noutros tempos.*

*Todos nós nos lembramos que na década de 90, as melhores escolas eram públicas. Quem ia para o privado era aqueles meninos que chegavam ao 12º ano, queriam ir para cursos como medicina e iam para os externatos que lhes davam grandes notas. Portanto isto deveria merecer a reflexão de todos. Agora, uma coisa que salta à vista no ensino público é o quê? É ter um ensino um bocado amarrado ideologicamente. Está, muitos anos de governação socialista, tornaram-no muito ideológico. Nós, fala-se muito em cidadania, tudo bem, são bons valores, mas depois não se representa. Um encarregado de educação vai falar com um diretor de turma para saber sobre os seus filhos e parece que há receio, é tudo muito mais,*

*enfim, agora dá-se muito mais importância às chamadas soft skills e dizem que agora as competências técnicas são menos importantes. E que o importante é as crianças aprenderem com prazer e criarmos uma sociedade inclusiva. Tudo muito bonito, mas o problema é o seguinte: os alunos chegam ao 12º ano, acabam o 12º ano, vão para a universidade e têm um embate com a realidade. Porque o acesso à universidade é tudo menos inclusivo. O acesso à universidade é tudo menos inclusivo. Portanto, eu pergunto, que geração de jovens é que verdadeiramente estamos a criar? Estaremos mesmo a criar jovens preparados para um mundo competitivo, que é o mundo real na vida profissional.*

*Agora, voltando aos rankings. Voltando aos rankings, falando especificamente de Aveiro. Portanto, a Escola mais bem posicionada no concelho de Aveiro é a Escola Mário Sacramento na posição de 70. Isto relativamente a exames de secundário no ano de 2023.*

*Depois segue-se a Escola Secundária Homem Cristo na posição 254, a Escola Secundária José Estêvão na posição 310 e a Escola Básica e Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima na posição 510.*

*Estas posições parecem-nos muito modestas. Tendo em conta que Aveiro tem uma universidade e pretende ser cada vez mais uma cidade criadora de inovação. Note-se que o Eixo 3 deste Plano pretende que Aveiro seja o município da tecnologia e Inovação. Comparando com outras cidades, por exemplo, cidades universitárias, como por exemplo Évora, Guimarães, Coimbra, têm as 4 melhores Escolas públicas do país e no âmbito geral melhores que Aveiro. Portanto isto também deveria ter reflexão.*

*Depois outra coisa que deveria receber reflexão era a evolução nos últimos anos nestas 4 escolas de Aveiro.*

*Nós temos a Mário Sacramento que tem tido mantido uma posição estável. Mas depois temos aqui a Escola José Estêvão que desceu claramente. Temos a Jaime Magalhães Lima que tem um decréscimo. Portanto, volto a repetir, isto não deve ser obviamente lido obviamente de uma forma linear, todos nós sabemos isso. Mas também não pode ser ignorado. Isto indica-nos alguma coisa nestes rankings. Era isto que tinha a dizer. Obrigado.”*

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

*“Obrigado senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes e quem nos acompanha em casa. Encaramos a Educação como pilar da nossa vivência em sociedade, como missão de preparar os nossos jovens para os desafios futuros, fortalecendo o seu conhecimento, mas também a sua autonomia e pensamento autocrítico.*

*A escola, os nossos professores, são fundamentais no desenho da sociedade para o futuro.*

*No ponto 5.2, relativamente à capacitação das famílias, o município criou um serviço de Psicologia e aconselhamento em 2020, tendo por base disponibilização de um serviço na área psicologia presencial e online. Quantos psicólogos se encontram afetos esse serviço? Atualmente qual a procura deste serviço? Quais as conclusões a retirar desde a sua implementação?*

*No ponto 5.3, na capacitação do pessoal docente e pessoal não docente, não refere o bullying, não é referido bullying. Sabemos que as escolas têm colaboração com a PSP, com ações nas escolas neste sentido, contudo o pessoal docente e não docente também devia está capacitado para lidar com estas situações.*

*Na página 94, no quadro 17, relativamente à Análise SWOT, título ameaças, encontram-se aspetos como o aumento da imigração e multiculturalismo nas escolas. Este ponto sem nenhuma clarificação e sem um plano para integração de imigrantes, no contexto atual em que nos encontramos, poderá gerar interpretações erróneas.*

*Poderia ser por exemplo uma fraqueza se as escolas não estiverem preparadas para a integração destes alunos. Mas nada disto é clarificado. Aliás, dito de uma forma assim genérica, parece que foram buscar alguém do Chega para escrever esta parte.*

*Na página 97, onde se encontram listadas as associações de Aveiro, não constam as sempre esquecidas associações de defesa do animal, as quais poderiam desenvolver um papel importante na sensibilização na comunidade escolar para o abandono e maus tratos animais. Relativamente às refeições escolares. Continuamos a ouvir queixas de pais sobre a falta de qualidade das ementas. Já aqui referimos inclusivamente um caso de uma criança com intolerância alimentar, que teve de ser hospitalizada, e que a mãe teve imensa dificuldade em conseguir ter acesso à ementa detalhada. Sim é necessária mais formação ao pessoal da área também sobre a alimentação saudável e equilibrada.*

*Fundamental também é apostar na mobilidade suave, também nas escolas, privilegiando iniciativas que incentivem as idas para as escolas a pé ou de bicicleta, cujas dinâmicas têm tido grande adesão por parte dos professores e alunos, contrariando também o seu sedentarismo infantil. Disse.”*

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

*“Muito obrigado, senhor presidente, e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e quem está a assistir a esta assembleia pelos canais digitais.*

*Em 1º lugar, nós gostaríamos de antes de partir para a discussão do plano, nós gostaríamos de reafirmar a nossa posição e sermos contra o processo de descentralização em curso, não por nenhuma, nenhum problema com a com a questão da descentralização em si da subsidiariedade, nós acreditamos nesses princípios, mas porque descentralização como ela está a ser feita não garante o financiamento devido para as competências que estão a ser descentralizadas para os municípios, e isto pode vir a causar desigualdades territoriais e numa questão com uma educação, o país, até pelo princípio da coesão social, nós não podemos admitir que se instale, até pela própria ação do Estado, desigualdades educacionais no território por falta de recursos.*

*Temos também criticar aquilo que tem sido a política de educação ao longo deste anos que tem no nosso ponto de vista, destruída ou ajudada destruir aquilo que é o recurso principal da escola pública, que são os seus profissionais, os professores, pessoal não docente. Portanto, não podemos também deixar de fazer esta ressalva.*

*Também temos que criticar aquilo que é a falta de creches. A oferta de creches não são do município, mas também no país, e esta lógica de colocar as creches como uma função de ação social, uma função da Segurança Social e não uma função da Educação, que esteja integrada com um plano mais alargado de educação. Essa é a visão que nós temos, nós consideramos que a oferta de creches é insuficiente. A política que segue as creches é errada e ainda por cima, estamos a subsidiar a oferta de creches e no fim de contas, depois nem sequer cumpre com as necessidades.*

*Quanto ao Plano em si. O Plano de forma insuficiente e tímida, mas este aspeto deve ser valorizado, diz que a escola tem um papel para além da formação, de transferência de competências e que também tem um papel na formação que cidadãos através da transferência de um conjunto de valores. Cita o Plano, educar para a cidadania tem como missão preparar os alunos para a vida, para serem cidadãos trabalhadores, democráticos, participativos, humanistas, numa época de diversidade social e cultural crescente, no sentido de promover a tolerância e a não discriminação.*

*Não concordamos com esta ideia e, aliás, consideramos que esta é a admissão que a escola tem um papel importante, que vai para além da transferência de competências e é também um*

*sinal para uma certa direita que quer trazer um debate e uma guerra cultural para as questões da educação e é preciso colocá-la no seu devido lugar.*

*No entanto, o Plano mobiliza muitas vezes este conceito de igualdade de oportunidades, como se bastasse, a nivelar as condições ao início da vida e depois deixar o insucesso à responsabilidade de cada um ou de cada família.*

*Nós rejeitamos esta visão. Nós consideramos que a sociedade deve organizar-se para que a Educação seja um bem coletivo, não só um bem individual de mobilidade social da pessoa individual. Mas esta ideia de que a educação tem um papel associado e que toda a gente, toda a gente, ganha em fazer parte de uma sociedade com sucesso educacional.*

*A escola pública tem sido um fator, sem dúvida, na igualdade, no desenvolvimento da sociedade, até mesmo naquilo que nós consideramos que é um ponto que o Plano refere de forma excessiva, que é este foco na produtividade, este foco na articulação, que do nosso ponto de vista é excessiva, com o tecido empresarial e com as necessidades dos empresários. A consequência deste conceito vai ser criar a desigualdade territorial. Porque, como nós sabemos, os territórios são diferentes. Há concelhos que têm tecido empresarial mais desenvolvido que outros, há territórios mesmo dentro do próprio concelho que têm níveis educacionais e níveis de desenvolvimento do seu tecido produtivo, que são diferentes. Uns mais avançados outros menos avançados ou com um foco em diferentes áreas e, portanto, estarmos amarrados a esta articulação entre a definição daquilo que nós queremos para a educação e as necessidades do tecido empresarial é do nosso ponto de vista um erro. E fico-me por aqui.”*

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. O Plano Estratégico Educativo do Município de Aveiro pretende ser um instrumento privilegiado na definição de uma política educativa local e de planeamento estratégico, sustentado e integrado, da educação, assumindo-se assim como um elemento catalisador e regulador da ação educativa e formativa concelhia, num período de vigência de cinco anos letivos. Citei o documento.*

*Este momento, oferece uma aprofundada caracterização do concelho de Aveiro nas vertentes territorial, demográfica e socioeconómica, bem como, naturalmente, a análise da situação educativa.*

*O Plano Estratégico tem como objetivo geral contribuir para a criação de condições que possibilitem a transformação de Aveiro num município de vanguarda, especialmente no âmbito educativo. Melhorando a qualidade dos sistemas de educação e formação em Aveiro, promovendo o alargamento da comunidade educativa aveirense, valorizando a aprendizagem ao longo da vida como meio facilitador de adaptação às alterações que os tempos atuais vão introduzindo na sociedade, promovendo a equidade no acesso à educação de todos os cidadãos e promovendo a literacia digital e tecnológica como competência fundamental para a cidade do futuro.*

*Os princípios fundamentais, os quais se inserem nesta estratégia municipal, são: a escola, deve manter e até reforçar a sua posição de centralidade no sistema educativo; ação educativa relativa aos diferentes aspetos de cidadania tem que ser reforçada através da criação de uma comunidade educativa alargada, que congregue todas as forças existentes no município; alargar a base da comunidade educativa que seja mais eficaz a ação do PEEMA. Atualmente este documento depois de profundamente trabalhado no seio do Conselho Municipal de Educação e de aprovado pelo executivo municipal, merece também a nossa aprovação. Na certeza contribuirá para que as gerações futuras disponham das ferramentas necessárias para continuarem a fazer de Aveiro um município de referência nos mais variados aspetos. Disse.”*

Vogal Jorge Gonçalves (PS)<sup>013</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)<sup>014</sup>

Vogal Jorge Gonçalves (PS)<sup>015</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>016</sup>

*“Obrigado senhor presidente da Assembleia, cumprimentar todos os presentes e os que nos estão a ver em casa. Sobre o plano estratégico educativo do município de Aveiro, temos uma proposta elaborada pela subunidade orgânica da Educação, da Divisão de Educação e Desporto, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, aprovada em reunião de câmara e sujeito a consulta pública e novamente em versão final, aprovada por unanimidade em reunião de câmara e que aqui vem para a nossa apreciação e votação final. Da parte do PSD, terá o voto favorável.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>017</sup>

*“Senhor Presidente, obrigada a todos. agradecer as intervenções da Sílvia, do Jorge Greno e do Manuel Prior. E em relação aos outros, vocês estão um bocado fora de tema! Eu percebo e tomei nota de tudo, nomeadamente para eu no ponto 3 ir às questões.*

*Como sabem não fujo a questão nenhuma, mas, quer dizer, estamos a falar de um Plano Estratégico que não é da Câmara. Este Plano Estratégico é para a Educação o município de Aveiro. E o Sr. Jorge Gonçalves quer saber como é que está o concurso dos assistentes operacionais! Quer dizer, devemos estar aqui a brincar às casinhas. Mas eu vou-lhe responder, eu vou-lhe responder. Eu quero agradecer a todos o apoio ao Plano estratégico. Eu não sei se alguma das pessoas que contribuiu é do Chega. Pedro, não sei. Porque não perguntei às pessoas que deram contributos. Olhe, e também não alinho nesse fetiche de esquerda de que tudo o que diz o Chega é disparate. Não, não alinho nisso. E, portanto, é evidente que não faz sentido estarmos aqui a discutir os rankings das escolas, porque essa é uma outra questão. É a qualidade da gestão e é uma outra dimensão que o plano estratégico não pode ir. Insisto, este é um Plano estratégico.*

*As várias questões que o Pedro aqui falou estão no PAEMA. No plano de ação educativa do município de Aveiro, que fazemos anualmente, lá está tudo. Está lá tudo, basta lerem.*

*E, portanto, coloquemos as coisas no seu devido lugar, para não estarmos aqui baralhar. E pronto, como não há assunto, como estamos todos a favor do plano estratégico, pronto falamos de outras coisas.*

*Portanto, agradecer o apoio ao Plano que trazemos e em relação a todas as questões, aquelas que são nossa responsabilidade, com todo o gosto. Eu vou utilizar o Ponto 3, que é aquele ponto que dá para tudo, para dar informação e responder às questões, que não quero que fique nenhuma por responder.*

*Este é o ponto do plano estratégico, fico muito satisfeito por a Assembleia ter uma perspetiva muito positiva e transversal da proposta que lhe trazemos. Muito obrigado.”*

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>018</sup> Ponto 2 - Apreciação e votação do Plano Estratégico Educativo do Município de Aveiro (PEEMA), sendo a proposta aprovada por maioria com trinta votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+PS6), cinco abstenções (CH1+PAN2+BE2), e um voto contra (PCP1).**

Declarações de voto:

Vogal António Nabais (PCP)

*“Senhor Presidente é para dizer que a minha intervenção é a nossa declaração de voto.”*

Vogal João Moniz (BE)

*“Senhor Presidente a minha intervenção é a declaração de voto.”*

### **Ponto 3 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados 2025.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/10/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).*

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra<sup>019</sup> ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>020</sup>

*“Dar referência dos aspetos principais e disponível para o debate que faremos, mas, enfim, passar por meia dúzia ou uma dúzia de aspetos que enquadram a estrutura da proposta que, aprovámos na Câmara e trazemos obviamente à Assembleia Municipal. Em 1º lugar, obviamente, a recuperação financeira da Câmara e a consolidação, intocável. Esse processo continua, temos que continuar a honrar o serviço da dívida do empréstimo que temos com o fundo de apoio municipal e, portanto, essa matéria é sempre bom lembrar-la, porque enfim, já está num patamar de normalidade que o esquecimento pode atormentar, mas é sempre bom lembrar. Recuperámos a Câmara, temos essa fortaleza e temos um serviço de dívida para continuar a tratar.*

*Ao lado disso, uma capacidade de investimento muito relevante e com alguns investimentos que são de carácter extraordinário, que eles próprios são a razão da dimensão extraordinária, a razão principal, da missão extraordinária que o Plano tem e que usa, um deles muito especialmente, o outro é pequeno, o quadro extraordinário de fundos comunitários que é o PRR.*

*Desde logo a nova unidade de cuidados primários de saúde de Nossa Senhora de Fátima. Enfim, que está neste momento em concurso público de obra. É uma pequena obra ao lado da outra, enfim, mas são cerca de 2 milhões de euros com contrato de financiamento do PRR, é investimento extraordinário, embora, obviamente, com pequena monta e aí o PRR tem um contributo importante.*

*O eixo rodoviário Aveiro, também, que volta a dar uma dimensão financeira muito relevante ao documento. Nós estamos, enfim, esperamos que por dias, para receber a declaração de impacto ambiental. Depois do longo calvário, a informação que temos do senhor presidente da Agência Portuguesa do Ambiente e que estará por dias a sua emissão dessa decisão, documento absolutamente fundamental para passarmos à fase seguinte, que é podermos lançar o concurso público da obra. Com as interrogações (e aqui a primeira abordagem) com as interrogações sobre o que é o futuro do PRR, o que é que é a nova Comissão Europeia, o que é que é o Conselho Europeu no quadro político novo, nomeadamente das discussões e das decisões que são precisas tomar sobre o quadro financeiro plurianual da União de 2028 a 2034.*

*E, portanto, com estas questões delicadíssima, que obviamente, não são o enquadramento da sustentabilidade financeira deste investimento. Obviamente que o documento está feito na*

*resposta positiva desse enquadramento, mas, obviamente não vale a pena retirar os pontos de interrogação de cima da nossa mesa, porque eles objetivamente existem e não só aqui.*

*Obviamente que a Educação volta a ter uma prioridade. Nós estamos na reta final dos investimentos de qualificação do parque, embora ainda com investimentos de dimensão relevante a que se soma isto no nosso grupo normal, primeiro ciclo e pré-escolar, a que se soma um grupo extraordinário no quadro do acordo que a ANMP assinou com o Governo anterior e que já revalidou com o Governo atual.*

*E, portanto, as obras das Barrocas e dos Areais, questão em reta final ou as outras, enfim, em metade feita metade em concurso do Solposto ou as outras do outro grupo, que está em fase de projeto. A maior parte em fase final de projeto, para passarmos aos concursos de obra. Alumieira, Leirinhas, Sarrazola, Esgueira, Eixo e Oliveirinha. Depois o trio, que integra o tal quadro de financiamento extraordinário acordado pela ANMP e pelo Governo, onde está a EB 2,3 de São Bernardo, com projeto nos toques finais, para passarmos a concurso público. O Conservatório, a obra de qualificação e ampliação do Conservatório, que está em fase final de estudo prévio. E a nova Escola Secundária Homem Cristo, já com o estudo prévio aprovado e em fase de desenvolvimento de projeto de execução.*

*Obviamente, aqui estão cerca de 16 milhões de euros, sabendo que, nomeadamente as obras de maior dimensão, vão também ocupar espaço em 2026. E as maiores vão inclusivamente tocar 2027. E, portanto, a Educação tem aqui uma preponderância muito importante.*

*A qualificação urbana também. Portanto, esse processo que vai continuar em desenvolvimento em múltiplas operações, também com estágios diferentes, de obras em fase final de execução e obras a iniciar. Cacia está a acabar. Póvoa do Valado está a começar. Enfim, são muitas frentes com diferenciadas relações. O largo da Igreja de Vilar a acabar. O largo da Igreja de São Jacinto para começar proximamente. Enfim, é um conjunto vasto de operações que que entra aqui, onde estão 23 milhões de euros.*

*Com está muito íntima a qualificação da rede viária que tem uma dimensão extraordinária em termos de valor, 52 milhões de euros, mas, obviamente esse número, enfim, marcadamente afetado na dimensão pelo eixo rodoviário Aveiro/Águeda, porque é ele que dá uma dimensão, repito, extraordinária, neste Orçamento e, obviamente, à rubrica específica onde ele se integra.*

*E a Cultura que continua a ter um leque de investimentos muito vasto. Com esta referenciação de cerca de 14 milhões de euros, com operações de reabilitação em vários dos edifícios que temos um pouco por todo o nosso concelho. Enfim, com diferentes situações de desenvolvimento, São Bernardo a começar. Esgueira, Nossa Senhora de Fátima, Taipa, Cacia e, portanto, esta operação global de qualificação que estamos a realizar e à medida, e obviamente o Plano está preparado assim. À medida que os projetos estão prontos, lançam-se concursos de obra e isso é bom.*

*Ou as operações de maior dimensão, nomeadamente a qualificação, a grande operação de qualificação física para resolver os problemas das patologias provocadas pela água que entra pelo sítio errado, e pela absorção das paredes do Museu de Aveiro Santa Joana. A operação de construção a partir da pré-existência da antiga Biblioteca Municipal, o Museu de Arte Cerâmica Contemporânea que integra o núcleo especial para a nossa Bienal. O Museu da Terra, a Casa de Memória, que é o próximo objetivo para integrar o quarteirão de Artes e Cultura de Aveiro. Ali bem junto ao Arquivo Distrital, nos terrenos do antigo colégio Doutor Alberto Souto, enfim, portanto, a Cultura tem uma dimensão muito relevante nesta operação, nesta dimensão material, mantendo-se obviamente na programação do Teatro Aveirense, na dimensão da Biblioteca, enfim, em tantas frentes no programa Cultura Perto de Si, etc etc. um investimento muito relevante em termos imateriais.*

*Há além do eixo rodoviário Aveiro/Águeda, há uma obra que tem um impacto muito relevante na dimensão financeira do Orçamento. Estamos a falar do pavilhão desportivo, do novo*

*pavilhão desportivo, pavilhão oficina. Obviamente que tudo, esta como tantas outras, sempre com a interrogação do concurso público de termos ou não termos candidaturas para podermos fazer as adjudicações, mas, obviamente o instrumento de gestão tem que estar preparado para nós podermos adjudicar em primeira instância e obviamente, lançar a execução de seguida. E essa obra tem uma dimensão relevante, a que se soma as operações de requalificação do Estádio Municipal de Aveiro Mário Duarte, obviamente, tem também o contributo do empréstimo que aqui aprovámos, com os cerca de 8 milhões de euros que estão referenciados para entrar no ano 2025, embora obviamente também aqui colocando obviamente a interrogação na própria adjudicação desse objetivo e no visto do Tribunal de Contas ao contrato, que obviamente aguardamos a sua a sua chegada.*

*Mas, portanto, são investimentos que tem um carácter e uma dimensão extraordinária e que, obviamente, contribuem para a dimensão extraordinária que este processo tem.*

*No que respeita às grandes obras da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, que têm a Câmara de Aveiro como primeiro dos mais pequenos financiadores, o maior são os fundos comunitários, nos vários programas que financiam a ponte açude do rio Novo do Príncipe, em plena obra. Na margem esquerda do rio Novo do Príncipe, em fase de contrato para Visto de Tribunal de Contas, o sistema de defesa primário do Baixo Vouga Lagunar em fase de adjudicação. E temos várias propostas em avaliação, desta vez ao contrário do primeiro concurso que ficou deserto, no segundo concurso temos várias propostas.*

*São operações de grande monta. Além da sua importância física e de múltiplos fatores, essencial agrícola, de defesa ambiental, defesa das populações, nomeadamente no que respeita à qualificação da margem esquerda do rio Novo do Príncipe, têm também, obviamente, um contributo importante em termos financeiros da parte da nossa Câmara.*

*Repito, o maior dos pequenos financiadores a seguir aos fundos comunitários, porque, obviamente, as obras que acabei de referenciar, maioritariamente estão no nosso território. Ponte Açude, recuperação da margem esquerda, estão a 100% no município de Aveiro. Sistema de defesa primário cerca de 60% da obra está no nosso município. Depois a outra parte, a maior parte, a esmagadora maioria da outra parte é no município de Estarreja, como é sabido e como é conhecido.*

*E, portanto, estão aqui as operações de maior envergadura. Obviamente que a operação de 2025, como já dissemos, é uma operação de risco no que respeita à cativação de receita de Fundos Comunitários. É evidente que o risco agora que estamos a acabar 24 e que já sabemos, que não há circulação financeira do Portugal 20/30 em 2024, mas, obviamente, já nos arriscamos a dizer que a circulação financeira dos fundos do 20/20, e nós já temos várias obras quase prontas para ir buscar financiamento, que, enfim, não quero ser excessivamente otimista até porque o fecho do quadro 20/20 ainda vai ocupar o primeiro trimestre do ano 2025, mas, enfim, atrevo-me a dizer que a primavera do próximo ano trará o início da circulação financeira e isso, obviamente, é muito importante, porque uma boa parte do aceite de receita que nós temos no PRR, nas obras que já referenciei e no Portugal 20/30 em várias das obras, na educação, na cultura, na eficiência energética, tem obviamente uma importância particularmente relevante.*

*Há fontes novas, nomeadamente o Aveiro Tech City tem 2 projetos de grande dimensão. O Route25 e o nosso Bairro Comercial Digital, com financiamentos do PRR estão em franco desenvolvimento, são operações muito importantes. E temos também duas ITI de Redes Urbanas aprovadas, uma na área da chamada economia azul que integra maioritariamente investimentos dos nossos terrenos da antiga lota e a ITI das Redes Urbanas da Cultura, que integra financiamento de operações de eventos culturais, de que o principal é o nosso evento PRISMA.*

*Portanto, são novas fontes de financiamento. Duas delas, as primeiras, no quadro do PRR. As duas segundas, já no quadro do Portugal 20/30 e que nós temos em pleno desenvolvimento com as formalidades cumpridas para seguirmos em frente.*

*Obviamente, que colocámos o objetivo importante do aeródromo municipal. Não porque haja nele um investimento financeiro relevante, mas porque há nele uma importância estratégica muito relevante e esperamos que o que ainda há para fazer, se possa cuidar bem.*

*Obviamente que o Plano e Orçamento, elenca, tivemos sempre o cuidado de ir a esse capítulo, e mantemos, as pendências principais do caderno de encargos que temos com o Governo do país, para mantermos essa atenção e esse foco nesses dossiers, todos eles muito importantes, deixando sempre para 1º lugar a operação de ampliação e qualificação do Hospital Infante Dom Pedro, no quadro da Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro. Tudo isto dá um Orçamento que tem esta dimensão recorde de 218 milhões de euros. Enfim, é bom lembrar, não vou repetir agora aqueles que são contributos extraordinários para esta dimensão financeira, de que o principal é em termos unitários o eixo rodoviário Aveiro/Águeda. Segundo é o nosso pavilhão oficina desportivo e, portanto, é neste quadro que nós apresentamos este Plano e Orçamento sólido, ancorado no trabalho que vimos desenvolvendo, obviamente, já hoje nem se explica a plurianualidade dos Planos e Orçamentos, tamanha é a evidência de que tudo tem que ser assim. Por mais pequena que uma qualquer obra, a incidência plurianual é inevitável e obrigatória e, obviamente, o Plano 2025 recebe muito contributo de 2024 e de anos que estão para trás de 24 e, obviamente, tem já muitos contributos para 26 e anos seguintes como não podia deixar de ser.*

*Lembro sempre e termino com esta nota de que a intensidade do nosso trabalho tem que se manter a um nível muito alto para nós jogarmos com ganhos de causa, uma concorrência que é cada vez mais forte. O país vive um momento muito positivo na quantidade de coisas que quer fazer, pelo dinamismo induzido pelos fundos comunitários, no que respeita aos municípios portugueses, no que respeita a várias instituições da administração pública do Estado e, obviamente, ao tecido empresarial privado também muito animado pelos contributos que tem finalmente acesso com dimensão expressiva do PRR, nomeadamente as grandes empresas e, obviamente, o ciclo económico positivo em que o país está a viver há já alguns anos.*

*E, portanto, é neste quadro que este Plano e Orçamento assenta. Com o realismo, com a ambição que temos mantido destes anos que estamos a viver, de 24 e os que estão para trás, nesta lógica que tem de ter sempre este instrumento de ser um instrumento que nos capacita a conquistar, a negociar e a conquistar oportunidades de financiamento que, obviamente, se nós não estivermos assumidas no Plano, obviamente, nem sequer podemos ir a jogo.*

*Esta é uma condição fundamental para nós fazermos esse trabalho. Temo-lo feito com sucesso, com qualidade. Estamos numa fase muito delicada da gestão do país e dos fundos comunitários e da disponibilidade das entidades privadas que fazem projeto e que constroem. Mas é a vida, como diria o António que o pântano nos levou e nós só temos que jogar com intensidade, aparecer o mais rápido possível ao mercado, sabendo que o país vai viver este ciclo, não tenho disso a menor dúvida, em 2025 e em 2026, no mínimo.*

*E é a minha convicção profunda que, no quadro da União Europeia, o PRR poderá ter vida depois do seu limite formal, atualmente estabelecido de 2026. Mas isto é um auto de fé que apenas me vincula a mim. As nuvens que vamos vendo no firmamento de Bruxelas são todas negras. Mas, enfim, há aqui alguns fatores no cenário internacional como no cenário europeu, nas crises do nosso motor principal, crise económica e política do nosso motor principal que é a Alemanha, que obviamente a Europa tem que olhar para tudo isto e pensar bem, de que forma é que quer ultrapassar esta ambiência difícil em que nós estamos. E obviamente que o instrumento do PRR foi um instrumento que veio para ajudar a induzir a retoma económica no quadro da pandemia e hoje não é que tínhamos ainda impactos da*

*pandemia diretos, mas temos outras pandemias dentro da nossa União Europeia e não podemos fazer de conta que assim não é. Estou obviamente ao dispor para participar no debate com todo o gosto. Muito obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Sílvia Ribau (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[022](#)

*“As Grandes Opções do Plano e Orçamento 2025, seguem a estratégia que tem vindo a ser implementada por este executivo, dando continuidade ao trabalho de rigor orçamental desenvolvido ao longo dos últimos anos por este executivo Aliança com Aveiro, não deixando de manter e propor um investimento forte, em áreas chave como a Educação, a Saúde, a Cultura, qualificação de áreas públicas, entre outras áreas de grande importância para os aveirenses. Portanto, voto será a favor.”*

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

*“Este ponto, realmente, como já se disse, já foi aqui enfatizado, a importância da discussão do Plano e Orçamento, dizendo que é um dos momentos importantes da nossa vida autárquica. E que de certa forma estamos de acordo relativamente à importância formal. Uma importância formal que de facto existe. Contudo não nos parece de grande interesse para esta oposição. Isto porque sabemos que não é mais do que uma exposição de ideias e projetos. Algumas serão feitas, outras não, por este ou por aquela razão. E outras que não estão aqui acabarão também por ser feitas porque as circunstâncias assim o exigem.*

*Portanto é momento formal de alguma importância, mas que seria mais interessante se houvesse possibilidade de apresentação de propostas que passassem, mas está demonstrado que não há proposta que passe que não seja a proposta da Câmara Municipal de Aveiro e por isso a ausência das mesmas por parte desta oposição.*

*Portanto, mesmo que fizéssemos aqui a mais brilhante e a mais original das propostas, jamais a ideia seria incluída por razões políticas e por razões práticas.*

*O Senhor Presidente da Câmara num dos seus momentos especiais de apresentação, utiliza as palavras ambicioso e realista (final pág. 65) não sei se estas duas palavras não são de alguma forma contraditórias, mas foi o que utilizou. Mas gostava de ter uma ideia mais concreta em relação às perspetivas.*

*Eu ia falar da importância do eixo rodoviário Aveiro/Águeda, mas fiquei por ficar elucidado com o que o Senhor Presidente nos acabou de comunicar. E queria fazer aqui referência, agora fala do primeiro ano de execução do Quadro de Fundos Comunitários do Portugal 20/30 e nas delicadas dúvidas sobre a gestão do PRR, com incidência delicada na obra do Eixo Rodoviário Aveiro/Águeda, mas já estou elucidado.*

*Também já falou, mas eu gostaria que esclarecesse, da demorada qualificação e a ampliação do Hospital Infante D. Pedro, um Centro Hospitalar que serve mais de 450 mil utentes, recorde.*

*Falamos também do Pavilhão desportivo, com o financiamento deste pavilhão diz que agregará a Piscina Municipal. Um pavilhão que será de alguma forma multiuso na cidade, é nesta sequência, a necessidade de lembrar e continuar a por na ordem do dia a eliminação das portagens na A17 (A25 está para breve) para acesso ao polidesportivo e não só.*

*Não faz sentido que ir da cidade e que por um lado se pague e pelo outro seja pago para ir ao seu polidesportivo e afins. Tomar esta medida seria dar forma à desejada Cintura Regional Interna de Aveiro (CRIA).*

*Também o Parque de Campismo de São Jacinto que parece que não sai do papel!? Dista já 4 anos, e que tanta celeuma nos deu. Bem como a pouco falada, mas muito reivindicada Baía de São Jacinto, que se encontra num caos e já lá vão mais de 11 anos de promessas.*

*Na habitação social é público que a Câmara aponta muito para o papel dos privados nesta área, neste ramo, de qualquer forma nos dinheiros públicos está só previsto pouco de mais de 0,1%, do total para a habitação, quando para este ano foi de 0.4% e há dois anos 2,2%. Sim o universo não é o mesmo, mas a diferença existe.*

*Tomámos nota que nos objetivos económicos existe um aumento substancial de mais de 1,4%, 1.400.000,00€, na rubrica “Outros” o que nos deixa um pouco a variar as ideias. Para já disse.””*

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>024</sup>

*“Senhor Presidente da Câmara, como é que uma notícia saída recentemente no jornal ECO, com o título “taxas e taxinhas nas autarquias triplicaram numa década, veja quem cobra mais”. Esta notícia traz uma tabela dos municípios do país e em municípios de média dimensão, Aveiro aparece em 3º lugar, sendo o município que cobra mais taxas e taxinhas.*

*Aveiro fica só atrás de Mafra e do Barreiro. Depois, em jeito de balanço, um pouco dos seus mandatos e com base em dados disponíveis que temos até 2021, portanto, o Senhor Presidente da Câmara tem falado, fala repetidas vezes, que os aveirenses, tem havido um aumento da qualidade de vida dos aveirenses durante os seus mandatos.*

*No entanto, o que os dados da Pordata nos mostram é que os aveirenses têm perdido poder de compra relativamente à média nacional.*

*Em 2015, Aveiro tinha um poder de compra per capita de 125,1% da média nacional. E em 2021 esse valor desceu para 119,7%? Ou seja, o município de Aveiro perdeu poder de compra relação à média nacional.*

*Portanto este gráfico mostra isso. Portanto, 125,1% em 2015, e o poder de compra desceu para 119,7% em 2021, São os dados mais recentes que temos da parte da PORDATA.*

*Comparativamente nos mesmos períodos de tempo, se compararmos outras cidades semelhantes a Aveiro em dimensão, Leiria cresceu poder de compra. Barcelos também cresceu poder de compra. No distrito de Aveiro, Águeda o poder de compra subiu. Neste período de tempo Vagos subiu poder de compra. Estarreja subiu poder de compra. Anadia, subiu poder de compra.*

*Estes são alguns dos exemplos. Portanto, consideramos que seria importante discutir este assunto, porque supostamente, a grande aposta do município no Turismo e o grande aumento do Turismo que se verificou nestes últimos anos na cidade de Aveiro, deveria ser para aumentar a riqueza do município. E o que se tem visto é que o município tem perdido riqueza para a média nacional em termos de poder de compra.*

*Portanto, gostaríamos que o Senhor Presidente da Câmara comentasse e desse uma explicação para estes factos. Tenho dito. Obrigado.”*

Vogal Jorge Greno (CDS)<sup>025</sup>

Vogal Gabriel Bernardo (CH)<sup>026</sup>

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>027</sup>

*“Obrigado, senhor Presidente. Estas GOP vão no sentido da continuidade anunciado por este executivo. Nelas vemos as suas prioridades. por exemplo, é uma opção política não diminuir os impostos. É uma opção política constituíram um empréstimo bancário de 19 milhões de euros. E a questão que se coloca é para onde são direcionados os impostos? Existe uma boa gestão desse dinheiro? Os montantes gastos em determinadas obras e*

*aquisições são expectáveis, vão de encontro daquilo a que 0os aveirenses mais necessitam? Discordamos de muitas destas opções tomadas. Tem sido opção deste executivo, por exemplo, grandes obras que impermeabilizam os solos, sem cuidado acrescido no caso de inundações. Vimos há poucos dias o caso de Espanha. Tem sido opção deste executivo o consecutivo abate de árvores adultas e saudáveis, em contraciclo ao que deveria estar a ser feito no concelho que se quer ambientalmente responsável.*

*Grandes obras, mas continuamos sem um centro de recolha oficial de animais. Mais uma vez, temos o habitual copy paste nesta área. A Câmara a gerir a campanha de animais de companhia gere 3 parques de recreio e vai continuar a acompanhar o trabalho da CIRA para a construção do CROA. Há quantos anos é que a Câmara copia este parágrafo que coloca nas GOP sem que haja qualquer avanço nessa área. Mais uma vez, lemos os documentos que nos são disponibilizados pelo executivo. E o que a experiência nos diz é que muitas das suas ideias e promessas não passarão do papel.*

*Veja-se o caso do Plano Municipal para a Ação Climática aprovado este ano cujos os objetivos deveriam estar plasmados nestas GOPs e isso não acontece. É o caso das zonas piloto de energia das comunidades de energia renovável, reforço da mobilidade e sustentabilidade inter-concelhia. Encontramos mencionado uma única vez a palavra descarbonização nestas GOP. Sobre a mudança de climatérica onde se encontram as soluções integradas de descarbonização mencionados no Plano de Ação Climática? A construção e reabilitação sustentável. A economia circular no comércio e serviços. Proteção da rede hidrográfica. Proteção das zonas costeiras. Gestão sustentável de águas de abastecimento residuais. O aumento da resiliência térmica e da capacidade de sequestro de carbono nas áreas urbanas. O reforço de permeabilização dos solos. Estes são apenas alguns exemplos do que foi plasmado no Plano de Ação Climática e que depois não vemos referido nas GOPs. Aliás, nestas GOP prevê-se gastar 61 mil euros na implementação desse deste plano, 37 mil para estudos, 10 mil para recuperação domínio hídrico. Por aqui vemos a importância que lhe é dada ou antes, a sua não importância. Neste contexto, voltamos a questionar quando será implementado regulamento de gestão do arvoredo que se encontra em falta desde 2022, no inventário municipal do arvoredo e respetiva divulgação, aquele que o executivo disse que andava a ser desenvolvido, quando o PAN apresentou há uns anos nesta assembleia uma recomendação nesse sentido. O nosso sentido de voto só poderá ser contra.”*

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[029](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Este Orçamento que a Câmara Municipal nos traz aqui a discutir hoje é um orçamento record, nas próprias palavras da Câmara Municipal. estamos a falar de um Orçamento de 218 milhões de euros e, portanto, como o Senhor Presidente disse é um Orçamento que mostra a saúde financeira da Câmara e a grande capacidade de investimento da Câmara Municipal. Tendo isso em conta como contexto e como base para a nossa análise, nós temos que ler aquilo que não está dentro do orçamento à luz deste facto, desta declaração de grande capacidade financeira da Câmara Municipal.*

*Nós vemos uma falta de investimento, uma insuficiência de investimento contínuo na rede de transportes. na nossa consideração tem por base o pecado original da concessão da empresa municipal a privados. Esse foi a machadada que foi dada à rede de transportes públicos em Aveiro, depois de muitas machadadas que foram dadas antes desse ato final de desinvestimento continuado e reiterado ao longo de décadas. Este Orçamento, mais uma vez com grande capacidade de investimento não faz essa reversão de curso, capacitando o município com um instrumento, não só de serviço público, mas também com um instrumento para agir perante as necessidades de mobilidade e até o próprio desenho da cidade.*

*Depois vemos uma continuada política de ação social baseada neste sentimento que, do ponto de vista individual é em positivo, a caridade. Mas do ponto de vista das autoridades públicas nos serviços públicos é um princípio completamente errado. Nós, mais uma vez, pegando nesta lógica de grande capacidade de investimento municipal, nós devíamos estar aqui a discutir respostas da ação social geridas e criadas numa lógica de serviço público baseadas em direitos adquiridos e regulamentados obviamente e politicamente discutidos nas instâncias devidas e não este continuar desta política de ajudar individualmente pessoas que vão à porta do Senhor Presidente pedir encarecidamente pela caridade da Câmara Municipal. Esta é uma política errada e nós gostaríamos de ver outra política.*

*E depois vemos aquilo que é a pedra de toque dos orçamentos e da ação municipal, liderada pelo Senhor Presidente que é esta política de investimento fortíssimo na requalificação urbana, na requalificação viária, mas que depois como não tem políticas de habitação, regulação dos preços da habitação através do incremento da oferta, faz com que os preços da habitação disparem de forma incomportável para muitas famílias. E, mais uma vez, tendo em conta que a Câmara Municipal tem uma forte capacidade de investimento, de fazer investimentos, entristece-nos de certa forma, ver que não está aqui nenhum plano para o incremento da oferta pública de habitação. Não só na recuperação de fogos municipais do parque habitacional social, que é uma tarefa importante e que deve ser reproduzida e deve ser levada a cabo assim que essa necessidade surge, mas tem que haver também uma política de investimento municipal que aposte na oferta pública, não só no setor, naquilo que nós comumente designamos como habitação social, mas também em gamas para outros tipo de famílias, nomeadamente através de opções a custos controlados, seja no arrendamento, seja na venda. E não é só com isenções fiscais em operações específicas de habitação a custos controlados que este problema vai ser resolvido, tendo em conta a magnitude do problema.*

*E, portanto, essa é uma nota que também deve ser feita, porque se continua a insistir nesta opção ideológica da Câmara Municipal de que, perante um problema concreto, um problema que está, que já foi discutido anos após anos nesta Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara e o seu executivo continuam a achar que a resposta deve ser dada pelo mercado. E o mercado deu a sua resposta e essa resposta e o galopar ano após ano do preço da habitação. Portanto é preciso mudar de curso, mas este Orçamento não faz essa inversão de marcha.*

*Depois também queremos apontar este facto e certamente que o vamos discutir nos pontos a seguir, que é esta interrupção da trajetória que foi iniciada no ano anterior de descida dos impostos em sede de IMI. Nós vemos isto com alguma preocupação. Nós tínhamos a expectativa, uma expectativa gerada até da discussão que têm vindo a ser feita aqui na Assembleia Municipal. O Senhor Presidente disse que ia haver uma trajetória de descida de impostos. Essa trajetória é interrompida este ano e, portanto, queremos também apontar esse facto. E, portanto, obviamente, nós não vamos acompanhar esta a proposta da Câmara Municipal. É um desprazer que eu tenho em surpreende-lo Senhor Presidente, mas tive que o fazer. Tive que o fazer pelas razões que apontámos, da falta de investimento forte na rede de transportes públicos, a continuidade de uma política de ação social que é errada do nosso ponto de vista, e a falta de investimento no incremento da oferta pública de habitação com a Câmara Municipal a tomar as rédeas desse processo, não só através da sua capacidade financeira, mas também através de instrumentos de política pública nacional que a Câmara Municipal prescinde, não sabemos bem porquê! Nós vamos ter perguntas sobre os impostos, mas vamos deixar isso para os próximos pontos.”*

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>030</sup>

*“Senhor Presidente, ainda antes de iniciar a minha intervenção, apenas um comentário à intervenção que me antecedeu sobre esta estória da subida dos impostos. É evidente, se o concelho tem 100 unidades de alojamento que pagam uma unidade monetária de IMI cada uma e dá uma receita de 100 num ano. No ano seguinte, tem 105 casas, continua a pagar uma unidade monetária de IMI a receita passa a 105. O que aumentou foi a receita não foi o imposto. O que aumentou foi o parque habitacional e que, portanto, aumentou a receita, mas não aumentou o imposto. Isto são conceitos básicos que antigamente se aprendiam na escola primária, mas que hoje se calhar na investigação Académica isto passa um bocadinho ao lado. Enfim.*

*Agora a minha intervenção. Este documento de gestão do quarto e último ano do presente mandato autárquico, assume os princípios base dos quais assentou a gestão dos últimos 11 anos de transparência, rigor e cumprimento dos compromissos assumidos com os cidadãos.*

*O ano 2025 vai continuar a demonstrar-nos a recuperação financeira e a elevada capacidade de investimento da Câmara Municipal de Aveiro. É também o ano do início da execução do Portugal 20/30 e da fase final de execução do PRR.*

*Destaco no Plano para 2025 os seguintes projetos: qualificação e ampliação do parque escolar; o eixo rodoviário Aveiro/Águeda; construção da nova unidade de cuidados primários de saúde de Nossa Senhora de Fátima; qualificação e ampliação do Hospital de Aveiro para apoiar a gestão do curso de Medicina da Universidade de Aveiro e no desenvolvimento do projeto centro académico clínico; novo pavilhão municipal e qualificação do estádio municipal Mário Duarte.*

*Uma palavra também para a modernização do Parque Escolar do Município. Com a sua qualificação e ampliação, mantendo-se uma dimensão muito relevante de investimento na qualificação urbana na cidade e por todo o município, integrando a rede viária e as redes de águas pluviais em simultâneo, com importantes investimentos noutras áreas, como o desporto, cultura, o turismo, habitação social e a ação social, dando relevante contributo para elevar o nível de qualidade de vida e de coesão social.*

*Ainda no que respeita a projetos e obras, o eixo rodoviário Aveiro/Águeda tem destaque especial pela sua elevada importância para o desenvolvimento do território e pelo seu impacto regional. E dá uma dimensão extraordinária ao Orçamento da Câmara para 2025/2026, pelo elevado valor total envolvido na despesa e também na receita, pelo financiamento a 100% garantido pelo PRR e pelo Orçamento do Estado. No entanto existindo ainda dúvidas que o senhor presidente esclareceu, a prestar pelo Governo e pela Comissão Europeia sobre a garantia da sua execução e financiamento até ao final de 2026.*

*A continuação das políticas municipais no âmbito da habitação, mobilidade e ambiente, estão devidamente contempladas neste documento. Assim como a cultura, onde cabe destacar para além da oferta de programação de qualidade, a qualificação do Museu de Aveiro Santa Joana; a reabilitação e adaptação de edifício da anteriormente biblioteca municipal para Museu da Arte de Cerâmica Contemporânea; a elaboração de projeto e lançamento de concurso, do novo edifício do Arquivo Municipal; a Casa da Memória em Aradas; o Museu da Terra em Requeixo e a qualificação de equipamentos culturais em Cacia, Eixo, Esgueira, São Bernardo e Taipa. Estamos a falar de investimento da Câmara superior a 17 milhões de euros.*

*Encontramos igualmente neste Orçamento programas do Portugal 20/30, por exemplo ITI de estudos territoriais integrados de zonas urbanas, e cidades por uma economia azul, para capacitação e infraestruturização da zona da antiga lota.*

*Tal de como tem acontecido ao longo dos últimos 11 anos. Estamos seguros, que a capacidade de gerir e bem fazer que a câmara tem demonstrado, se irá manter em 2025 e, por esse motivo, o CDS votará favoravelmente o documento que nos é apresentado.”*

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

*“Muito obrigado senhor Presidente. Boa noite, na sua pessoa cumprimento os presentes aqui fisicamente e também lá em casa. Isto, obviamente, que esta é uma peça chave na governação do município que repetidamente todos os anos trazemos aqui para apreciação para discussão e para a votação.*

*Eu confesso que a minha primeira questão digna de registo, obviamente, tem a ver com a dimensão do valor que é aqui apresentado, mas já lá vou.*

*A segunda questão tem a ver com o facto de o valor não aparecer do nada e, portanto, saber onde o valor é gerado, obviamente num conjunto de opções e, como é sabido, de alguma maneira a linha de pensamento do Partido Socialista, algumas das opções não são necessariamente aquelas que nós tomaríamos e, portanto, em linha com esse pensamento é que nós definimos o nosso voto.*

*O Senhor Presidente, fez a apresentação, destacou aqui algumas rubricas, nomeadamente aquelas que não resultam do funcionamento normal do município e essas, enfim, estão dentro das despesas correntes, mas eu confesso que há bocado estava a ouvi-lo e fiquei um bocadinho intrigado com o valor dos 218 milhões.*

*Porque olhando para o documento que tenho à minha frente, não é necessariamente esse o número que lá está! Das duas uma ou estou a ficar destreinado ou distraído. E por isso gostaria que o Senhor Presidente explicasse cabalmente, como o senhor presidente da Assembleia dizia, para o povo, como é que nós temos um documento que tem aqui um valor e como é que em cima desse valor, acrescenta a módica quantia mais 60 milhões? Portanto era esta a primeira questão que gostava de ver respondida, até porque me parece que dentro do documento se deva dividir a análise do documento, porque tem 2 componentes. Uma que tem um grau, enfim, sendo um plano e não havendo necessariamente certeza sobre eventos futuros, mas admitindo que há aqui um conjunto de realizações e de concretizações, o Plano contém intenções que tem uma grande probabilidade de acontecer, mas, Senhor Presidente também na sua apresentação elencou o facto de haver aqui um grau de incerteza muito significativo sobre um conjunto de questões que estavam aqui inseridas no Orçamento.*

*Que é que isso significa? Bem, significa que, somando a sua parte da intervenção de passar dos 152 milhões para os 218 milhões, dentro daquilo que está aqui na incerteza de algumas execuções de grande monta, nomeadamente o eixo Aveiro/Águeda, ou a questão do próprio Estádio, e do próprio pavilhão municipal, nós corremos o risco de ter aqui um Orçamento que não é exatamente este.*

*Eu sei que sendo um Plano esse é o risco, mas há aqui um grau de incerteza que eu diria que é o que vai para além daquilo que é o habitual. Porque já sabemos que muitas vezes, algumas destas questões não estão sob o domínio completo e absoluto de quem gere as questões dos concursos, as questões da contratação pública, as questões dos empreiteiros, etc. A própria questão que o Senhor Presidente elencava e bem, do ponto de vista da execução dos fundos comunitários, que alavancam aquilo que é a apresentação destas GOP, mas eu diria que seria importante, do meu ponto de vista, dar essa nota, até porque aparece aqui algumas notas com verbas não definidas, etc.*

*Portanto, seria importante perceber como é que esta dimensão de 218 milhões será suportada, até porque parte dela é caracterizada com este adjetivo e, portanto, seria importante para a discussão que nós ficássemos absolutamente e cabalmente esclarecidos sobre esta abordagem e, portanto, deixaria esta primeira intervenção por aqui.”*

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>03c2</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimento todos. Vossa Excelência e todos os presentes e todos os que nos veem pelas redes sociais. Bem, este é o último Plano do Eng. Ribau Esteves. Não haverá outro. Este é o último. A não ser que se recandidate daqui a 4 anos e que regresse, nunca se sabe. Mas até ver será o último. E o último é um pouco igual aos outros, enfim, igual nesta perspetiva de quem foi legitimamente eleito democraticamente e que tem todo o direito de estar onde está e apresentar o seu projeto. Aliás, devo dizer o seguinte: nestes 12 anos dos Planos e do acompanhamento que fiz sobre a atividade autárquica da Aliança com Aveiro, assim se designa a coligação, pois não sei como é que se designará a próxima, mas para já temos esta. O que se viu sempre foi uma preocupação com a recuperação financeira que teve que ocorrer, evidentemente, não só pela situação financeira que Vexa acusou o PS, mas também dos 8 anos de inatividade, de inexistência, da outra encarnação do PSD, que Vexas teimam em esquecer, mas que existiu e foram 8 anos, não foi 1 ou 2, foram 8 anos e que muito contribuiu também para as dificuldades que foram encontradas por este atual executivo no primeiro mandato de 2013.*

*E que o Senhor Presidente fez questão de lembrar aqui. Eu acho que faz bem, porque a reestruturação financeira da Câmara foi Vossa Excelência que a fez e isso é um ponto que lhe dou.*

*Aliás, dou-lhe esse ponto, dou-lhe o ponto de saber sempre ter alguma inteligência, sagacidade e até conhecimento técnico específico, que nem todos os presidentes de câmara têm, para saber onde ir buscar o dinheiro. Em concreto, pode ir buscar o que estava disponível, também lhe dou esse ponto. Dou-lhe o ponto e aí é mais fácil de descortinar em Aveiro, onde é que eram as obras, enfim, que onde é que era necessária a intervenção mais premente. Ninguém discute que a Avenida precisava de uma intervenção, ninguém discute o que o Rossio no seu plano superior, precisava de uma intervenção. Ninguém discute que a Avenida 25 de Abril precisava de uma intervenção.*

*O problema é que o Senhor Presidente não era preciso fazer o que fez para conseguir obter o dinheiro. O problema é o que se o Senhor Presidente fez, com o dinheiro que conseguiu obter. E aqui a prova que nós temos é apesar das obras terem ficado, terem sido feitas eventualmente nos sítios certos, Senhor Presidente não funcionaram! E não funcionaram por isto: o nosso crescimento demográfico, é só pensamos por exemplo na questão do trânsito. O trânsito em Aveiro nos últimos 2, 3, anos triplicou. Mas a questão é que a população de Aveiro não triplicou. A população que reside em Aveiro não triplicou. Isso resulta de uma inoperacionalidade que foi feita, porque as obras que foram desenhadas não foram desenhadas no seu conjunto. Foram feitas intervenções isoladas consoante o projeto e a minha opinião, o Senhor Presidente pensará distinto, era só o que faltava, mas é a minha opinião que lhe deixo e que tenho o dever de ofício de deixar aqui expressa para memória futura.*

*Depois dizer em relação, já agora à questão da dívida que o Senhor Presidente bem lembrou no início. E acho que o deve fazer bem, pois o PSD dizia muito, não tanto o Senhor Presidente da Câmara, mas dizia ali o seu líder de bancada, Manuel Prior, obra paga, obra que é feita e que é paga, etc. Mas por exemplo, o pavilhão que aí vem, não é obra paga e feita! Porque vai ficar o ónus para pagar (ouvem-se vozes), vai, vai, 20 anos. Ela vai ser a 20 anos com o empréstimo. O Senhor Presidente leia o financiamento bancário que aumenta em 20 milhões de euros. Eu acho que o Senhor Presidente faz bem. Eu não estou a dizer que faz mal. É, é uma obra que vai ter um financiamento que vai deixar ficar. É um financiamento que vai deixar ficar.*

*Agora o que faz mal e aí já é uma opinião muito própria, pessoal, minha, é a dimensão do pavilhão multiusos que Senhor Presidente entende que Aveiro deve ter e acho absolutamente*

*legítimo e fará algum sentido à primeira vista. Eu acho que nós devíamos ter valências diferentes e que faria mais sentido gastar aqueles 25 milhões de euros em pequenos pavilhões mais espalhados pelo município do que concentrar ali. Mas é a uma opinião minha e o Senhor Presidente, com certeza, tem toda a legitimidade democrática e, aliás, a sua maioria, para aprovar esse projeto, esse grandioso projeto de gastar 25 milhões de euros no novo pavilhão multidesportivo e depois há-de ter um nome pomposo porque o Senhor Presidente gosta de alterar o nome a tudo. Foi o edifício Atlas, é a Casa da Memória, É a Casa que era da Música inicialmente, e teve que passar a Casa de Música, porque aquela marca é registada. Não sei se é negativo ou não, mas qualquer pessoa que perceba minimamente de propriedade industrial perceberá que tem dificuldades de passagem caso fosse pretendida o registo dessa marca. Mas isso são outros, são outros disparates, que não vale a pena estarmos para aqui a falar. É verdade, o Senhor Presidente gosta muito da palavra, mas também tem que ouvir de vez em quando, só lhe faz bem. Pronto, para já, era o que eu deixava e para guardar algum tempo, e lembrar á Mesa que a gestão que é feita dos tempos para os debates, até se verificou inclusive agora também no Parlamento Nacional, que aquilo corta mesmo e não dá para dizer mais nadinha, seja quem for, inclusive o senhor primeiro-ministro. A gestão que é feita dos tempos para fazer um debate, do ponto de lógica equilibrado, tem que ser feita por todos. E o Senhor Presidente tem todo o direito de gastar o tempo que gastou, mas só deixou um minuto e meio agora para o debate. Era só isso.”*

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)<sup>033</sup>

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)<sup>034</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>035</sup>

*“Nas grandes Opções do Plano e Orçamento, este ponto tem opções políticas, que para nós é confortável e com o qual nos identificamos. É assim este ano e foi em todos os anos anteriores dos mandatos deste executivo. Tem pilares estratégicos: recuperação financeira e capacitação organizacional consolidada. Aumenta receitas, aumenta despesa, aumenta o investimento e contas correntes com pagamento a 6 dias, 6 dias. Pontos fortes e opções fortes deste executivo, que mais não são que o compromisso da Aliança com Aveiro com os aveirenses e que faziam parte o nosso programa eleitoral.*

*Qualificação e ampliação do parque escolar. É um exemplo para o país o nosso parque escolar. Eixo rodoviário Aveiro/Águeda; construção de uma nova Unidade de Saúde em Nossa Senhora de Fátima; Unidades de Saúde também com uma qualidade e um exemplo para todo o país.*

*Novo Pavilhão Municipal Oficina do Desporto. Uma falta grave e notória no nosso concelho que agora vai para edificação. Qualificação do EMA, uma necessidade que vai para obra.*

*Na Educação, um investimento de 17 milhões de euros. Na reabilitação urbana, a reabilitação do Bairro da Beira-Mar; do centro da Póvoa do Valado; da envolvente à Capela da Quinta do Picado; requalificação do largo da Igreja em São Jacinto num investimento superior a 10 milhões de euros.*

*Na habitação continua a estratégia de requalificação de todo o parque habitacional da Câmara Municipal de Aveiro. Continuar a conversar, pressionar o IRHU para este requalificar o seu parque habitacional. Continuar o processo de habitação a custos controlados.*

*Na Mobilidade continuar a posta das campanhas de promoção da utilização dos transportes públicos, que têm tido muita adesão. Continuar a aposta nos veículos elétricos, nos passeios, nas ciclovias e outros modos de mobilidade suave.*

*No Ambiente, continuar as apostas na recolha seletiva porta-a-porta, manter e melhorar a gestão da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto.*

*Na Cultura e após um ano muito forte, Aveiro Capital da Cultura, manter e apoiar as sinergias locais criadas e continuar a requalificação dos espaços culturais por todo o concelho.*

*De realçar também a aposta deste executivo e neste orçamento para aeródromo de São Jacinto.*

*Manter a cooperação ativa com a CIRA e com o Governo e com o Europa para estarmos sempre lá para melhorar cá.*

*Manter o forte pendor da descentralização, principalmente ajudando o Governo a decidir-se nas áreas portuárias, nas estradas nacionais, na habitação e na justiça.*

*Na área de dimensão financeira deste Orçamento é uma área onde todos devem estar tranquilos. E neste executivo não há incapacidade nem irresponsabilidade, nem incompetência como num passado de que todos os aveirenses se lembram e querem ver longe. Este um Orçamento empolado pela despesa do Aveiro/Águeda e da construção do pavilhão municipal. Mas este executivo já nos mostrou a sua capacidade na área financeira, como na última auditoria nos dizia.*

*Mais receitas, mais despesa, mas mais investimento. Diminuição da dívida e despesa corrente paga a 6 dias. Repito, dívida corrente paga a 6 dias. Mais um bom exemplo deste executivo a nível nacional. Tão diferente de outros tempos e de outros protagonistas com a sua incapacidade de assumir responsabilidade e a sua incompetência, levaram a Câmara Municipal de Aveiro a uma dívida astronómica, quase a maior do país, mas, enfim, foram outros tempos e outros personagens.*

*Hoje é diferente. Hoje temos um executivo que investe como nunca, diminui a dívida e paga a 6 dias. Notável. Neste contexto da capacidade e boa gestão a bancada do PPD/PSD Aveiro, sentem-se confortáveis com estas Grandes Opções do Plano e este momento e votará favoravelmente o documento.*

*Para terminar, Senhor Presidente, gostaria de que nos dissesse quantas propostas dos partidos da oposição o executivo recebeu para elaborar estas Grandes Opções do Plano e Orçamento?"*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>036</sup>

*"Senhor presidente, muito obrigado. Recomendar ao Senhor Pires da Rosa que estude o regulamento outra vez, porque eu tenho 30 minutos para responder e 20 para fazer a apresentação inicial. Eu sei que é muito chato para si e para o Partido Socialista ouvir, mas é a vida. Ainda por cima vocês andam baralhados por quererem trazer para o futuro um mau passado, portanto andam com essa cabeça de toda baralhada.*

*António Nabais. Não há nenhuma contradição entre o ser ambicioso e ser realista. E é importantíssima essa dialética entre essas duas palavras. Porquê? Pelo facto deste documento ser um instrumento, obviamente de gestão, com certeza, mas um instrumento que não é só para cumprir uma missão formal. E ele é fundamental para cumprir uma missão comercial em tantas frentes que nós temos para cuidar, nomeadamente na frente dos fundos comunitários, mas não só. Se nós não tivermos os objetivos definidos o arrojo de pôr verbas definidas e não definidas, quando vamos ao jogo jogar sem bola não podemos jogar porque não temos bola. E, portanto, o ter bola aqui é ter este documento preparado para essas conquistas. E, portanto, quando nós olhamos e vamos agora apresentar no logo que feche de uma vez por todas a execução do 20/20 e apresentar a performance notável que tivemos nesses resultados, que tem muito a ver com a estratégia de gestão de plano e orçamento. Enfim, eu acho que a oposição continua sem perceber isto, mas é da vida.*

*Pronto, nós percebemos usamos este instrumento, a lógica da gestão do saldo no tempo em que estávamos subordinados aos condicionalismos do programa de ajustamento municipal,*

*vocês nunca perceberam nada disto, enfim. Continuam a não perceber nada disto. Mas esta estratégia tem sido fundamental para a capacidade de realizado.*

*Depois há diferenças de opinião em relação às opções e aí, obviamente, é a diferença das posições políticas. Era o que mais faltava e, como sabem, sempre vos agradei pela clareza da discordância, porque isso tem facilitado imenso a vida aos cidadãos aveirenses, no dia a dia da sua apreciação e da sua relação com o que fazemos. E nos momentos de eleição, a clareza com que têm penalizado as propostas da oposição e apostado nas propostas da Aliança com Aveiro, isto são factos, não vale a pena estarmos com efabulações.*

*Em relação ao Hospital. Tem aqui um contributo, obviamente que nós não somos instrumento direto de financiamento, mas a passagem do ativo do nosso terreno para o Ministério da Saúde uma parte e para a Universidade de Aveiro outra parte, obviamente, vai-nos sair das Contas dos nossos ativos. Não no investimento, nós não somos investidores diretos, mas a cedência de um terreno que vale uns milhões largos de euros é um contributo fundamental neste processo. Como é que está o processo? É público, o Conselho de Administração já anunciou que está aberto o segundo concurso para contratar projetista, dado que o primeiro concurso foi anulado.*

*Em relação ao pavilhão e à piscina. O António misturou aí as coisas. A operação que temos é só o pavilhão. A projeção da piscina está em construção do projeto e, portanto, elas são próximas, porque fisicamente uma vai estar ao lado da outra, mas são operações completamente autónomas e em momentos também diferente.*

*A luta pelo fim do pórtico está mantida, está assumida, reiterada ao atual Governo, como está também neste documento.*

*O Parque de Campismo de São Jacinto o segundo concurso foi lançado. Numa das duas próximas reuniões de Câmara lançamos o segundo. As promessas da frente Ria de São Jacinto continua a ser mal gerida pela Administração do Porto de Aveiro. Vocês esquecem-se disso! É que a Câmara única coisa que tem feito é lutar para nos entregarem a gestão da Frente Ria. A gestão miserável que está é da Administração do Porto de Aveiro, aliás, não gere, aquilo está entregue como vexa bem sabe e eu também bem sei, não vou hoje usar adjetivos, porque podem ser mal utilizados. E, portanto, nós lutamos porque a APA tem uma gestão miserável, ausente, instalou o granel, e o país tem sido lento a cumprir o que está na descentralização e a respeitar a deliberação da nossa Assembleia Municipal e a entregar-nos a gestão. A luta continua. Temos um governo no seu oitavo mês. Espero que muito proximamente este processo passe à fase seguinte, que é a entrega à Câmara Municipal de Aveiro para começarmos a investir e a pôr ordem naquela mega desordem que se passa na frente Ria de São Jacinto.*

*Quanto à habitação social, enfim eu não vou perder tempo com isto. E tomando nota do que disse e também o João Moniz. Estamos em desacordo. Nós temos uma estratégia diferente. Aveiro é dos municípios do país, retirando os municípios das áreas do Porto e de Lisboa que mais habitação social tem na lógica da renda acessível. Estamos bem, temos o contributo importante, entendemos que, na fase de crescimento em que estamos e nós temos problemas na habitação, porque temos uma procura forte, que está a pressionar a oferta. Há procura bem mais forte do que a oferta e, portanto, a solução está na habitação a custos controlados. Anunciar que o segundo bloco de apartamentos está em fase plena de construção na Quinta da Pinheira. Esta semana a empresa fechou as vendas, já não há mais nada para vender naquele bloco que está em construção, com o objetivo de no próximo Verão entregarmos mais 114 fogos àqueles que já são formalmente seus candidatos a donos. E todas as dinâmicas, esperemos que aconteçam, vêm outras operações, em São Bernardo, na operação gerida pelo IRHU diretamente no caso da Luzostela, etc, etc.*

*Há um problema que não vale a pena escamotear na questão da habitação que é o problema de rendimento. Um país desenvolvido, um país valorizado, boa dinâmica económica pelos*

circuitos turísticos, pelos seus próprios residentes. O que é que acontece? Sobe o custo de tudo. Só quem não percebe nada disto. Não é assim na Coreia do Norte, porque o modelo é diferente, mas até na Rússia é assim. Portanto este é um sinal positivo. Onde é que está o problema de Portugal, que é um problema muito difícil, ninguém tem receita, está no rendimento do trabalho. É aqui está outro problema. Qual é o maior problema dos nossos candidatos à habitação social, está na estatística, partilhámo-la publicamente. É o rendimento do trabalho.

Na habitação os custos vão descer, mas alguém tem ilusões? Vai descer de forma relevante o custo da habitação em Portugal, não é em Aveiro, em Portugal vai descer? Mas alguém acredita, quer dizer o pai natal vem aí, mas essa é outra dimensão da vida. Isso não existe é a lógica normal do desenvolvimento de um país, o nosso problema está no nosso rendimento. Porque ir a um qualquer lidle, mercadona ou uma loja da jerónimo martins, os custos dos produtos são basicamente iguais. O custo da habitação lá é basicamente pouco superior ao nosso. Onde está a grande diferença, está no rendimento do trabalho, que em Espanha é do dobro, em França o triplo, na Alemanha o quadruplo, e aqui está o problema central da nossa economia e um problema muito difícil de resolver, mas que temos que trabalhar para o resolver e uma das coisas chama-se produtividade.

Porque enquanto o país continuar a ter níveis de produtividade do mais baixo que a Europa tem, não é possível pagar ordenados mais altos e, portanto, é preciso resolver o problema da produtividade. Produtividade quer dizer a quantidade de riqueza que geramos por unidade de tempo e nós aqui temos o problema dramático. Primeiro porque temos um mês de férias e o mês de baixa. Não é só no setor público é no setor público e no setor privado. E depois porque aquilo que produzimos em regra tem valor acrescentado baixo. Temos melhorado? Claro que temos melhorado, é um facto, temos melhorado. Olhe na exportação do turismo nas empresas tecnológicas que exportam serviços de valor acrescentado relevante, mas temos muito para melhorar e não vale a pena andar a dizer coisas que são objetivamente falsear a realidade.

Gabriel Bernardo. Pronto, fiquei sem saber o que é que o meu amigo pensa do Plano e Orçamento. Não quero tirar deduções pelo seu silêncio. Quanto à estatística está tudo dito, Aveiro tem um lugar cimeiro nas estruturas de rendimento. Gabriel tenho o maior gosto em explicar estes pormenores, explicar-lhe o que é isto do Produto Interno Bruto quando se divide pela população. O que é isto de baixar, quando a população sobe.

Sabe que há concelhos, a maior parte dos que disse, a população desceu. E se a população desceu mesmo que a riqueza tenha subido algo, o PIB per capita sobe. Quando acontece no nosso caso, mesmo que o PIB vá subindo, como nós temos um crescimento populacional dos mais altos do país, o PIB per capita desce. Isto é matemática que se aprende na terceira classe. Mas depois podemos falar com todo o pormenor e com o maior gosto. E não é dizer mal dos outros municípios, isso não tem pés nem cabeça. É olharmos para as estratégias de desenvolvimento do país e para as idiossincrasias económicas que assentam, ou melhor, onde assentam os números que acabou de dizer. Lê-los de forma linear e fazer gráficos para mostrar para a transmissão da rede sociais obviamente é um disparate. Obrigado ao Jorge Greno porque permitiu desmontar o circo dos gráficos. Embora tenha uma virtude Gabriel. Era o gráfico ser em azul às riscas verticais o que eu sublinho com agrado particular.

Pedro Rodrigues, enfim, já conhecemos as nossas posições. Já falámos do CIROA, continuamos a lutar pelo CIROA, esperemos que haja notícias rápidas, que o Ministério do Ambiente abra finalmente o fundo ambiental. Temos tudo pronto no quadro da CIRA. É a CIRA que liderará esse processo para construirmos o nosso e os outros dois em Águeda e em Ovar. Tudo o resto, investimos regularmente, temos capitalizado sempre o cheque veterinário no quadro do protocolo que temos com a Ordem dos Veterinários, esse processo funciona muito bem, temos uma Veterinária de grande qualidade a trabalhar e, portanto, já não é

*notícia, porque há trabalho. Havia notícia antigamente porque ninguém trata do cão e do gato e uma miséria. Não, não, não. Não há notícia, porque as que as coisas estão a funcionar bem e vocês têm a mania de só falar das coisas quando elas estão a funcionar mal.*

*Quanto ao, enfim, é preciso ser sério. A rubrica que referenciou dos 101 mil euros é uma rubrica que tem a ver com eventos de natureza imaterial, ligadas à educação ambiental. Mas há rubricas de muitos milhões de euros que são contributivas diretas para a nossa performance nessa matéria. Os 3 milhões de euros da obra do prolongamento do cais de São Roque; a capacitação da obra que já está adjudicada de capacitação das comportas do canal de São Roque; os estudos que vamos fazer de toda a nossa estrutura de comportas e das eclusas, entre vários. O projeto NBF infra para capacitar a linha de água da Ribeira de Vilar e da Ribeira de São Bernardo, etc etc etc. Portanto esta é a leitura completa e séria, a sua é a leitura absolutamente incompleta e falsiadora da totalidade do documento e dos objetivos que aqui estão contributivos.*

*O PAN vota contra, fazem muito bem. E obrigado por votarem contra porque vocês vivem noutra mundo e nós queremos continuar a comer carne à segunda-feira, que os nossos deputados possam ter a escolha de comer carne à segunda-feira e vocês continuam no firmamento do disparate e fiquem aí porque nós vamos continuar a fazer coisas pela nossa terra, pela nossa gente, crescendo e desenvolvimento e cuidando dessa relação entre a nossa zonas urbanas e as perspetivas que existem, que são objetivas. Foi pena ou o Pedro vir ter connosco nas marés vivas, na semana das marés vivas, de 15 de Setembro! Podia ter verificado in loco aquilo que está a acontecer nas alterações climáticas e acompanhar-nos nos trabalhos, nas reflexões, nas discussões para tomarmos boas decisões hoje, para gerirmos bem amanhã o nosso território, como globalmente Aveiro tem feito ao longo dos seus mais de 10 séculos. Não estamos a inventar a roda. Os aveirenses gerem bem esta relação com a Ria há mais de 10 séculos. E às vezes pensamos vem aqui um problema novo, não. Só quem não conhece a história do nosso território, os dinamismos da Laguna é que acha que temos agora um problema, não. Faz parte da nossa vida, está escrito na nossa nas nossas peças de História.*

*O João Moniz. Também agradecer ao João a clareza de ser contra. É muito bom ver um partido que está sempre contra tudo, que vê o mundo aos quadrados negros e votar contra. Portanto obrigado também pela vossa clareza. Os transportes públicos estão cada vez melhores, cada vez há mais cidadãos a utilizar os transportes público. Também aí estamos a bater todos os records, está a crescer bem. Na ação social temos um apoio fantástico, temos uma rede social de grande qualidade, a funcionar muito bem nas competências base de cada um e nas novas competências descentralizadas. Também não é notícia porque de facto funciona bem. Não é notícia a relação com os sem-abrigo porque temos um trabalho muito bem feito pelo núcleo de instituições que fazem o seu trabalho com eficácia e, obviamente, permite que não seja notícia, como noutros municípios, é o pão nosso de cada dia, por maus motivos. Portanto temos essa lógica positiva em curso.*

*O Bloco de Esquerda queria que isso fosse outra maneira, enfim, fica a faltar aquele modelo de município que o João também anda à procura para nos dizer, façam como o município x ou como na Coreia do Norte, que aquilo é que é bom, lá e que se vive bem. Um dia havemos de ir lá visitar que para ver como é que é.*

*Francisco Picado. Obviamente que este é um Orçamento que tem esta componente instrumental que percebeu. E como é que nós desenhámos tudo isto e obviamente tenho todo o gosto em responder com a objetividade possível e depois explicar com todo o pormenor no momento que entender por bem. Nós temos 152 milhões de euros que são, chamemos-lhe assim, receita garantida formalmente no quadro da construção orçamental que está na lei. Como sabeis, a esmagadora maioria da nossa receita, não a podemos inventar, está lei das autarquias quanto é que pomos de IMI, quanto é que pomos de derrama, quanto é que*

*recebemos do Orçamento do Estado, está na lei. Esta proposta, enfim, nós não temos muito espaço para inventar. O que é que está mais. O que está mais, está enquadrado nos 65 milhões de euros de verbas não definidas, somando os dois é que dá os tais 218. E essas não definidas, as duas fontes principais, a fonte principal é o Saldo que vamos ter ao final do exercício 2024 e que da nossa previsão são 35 milhões de euros.*

*É também a receita que provirá se tivermos visto o Tribunal de Contas do empréstimo. São 8,35 milhões de euros. São as receitas que provirão de outras fontes adicionais de que a principal, lançaremos o procedimento na penúltima reunião de Câmara do presente ano, a hasta pública de alienação de património.*

*Portanto, nós colocamos aqui 65 milhões como não definidas e depois é muito aqui que estão as dinâmicas da gestão, daquilo que somos capazes de fazer e passamos a definido logo que as verbas tenham este realismo. 35 milhões logo nos primeiros dias de Janeiro, cá viremos fazer uma reunião extraordinária em Janeiro ou logo nos primeiros dias de Fevereiro para fazermos a integração do nosso Saldo, sendo que parte dele logo por alteração orçamental é assumido logo no dia 2 de Janeiro. Muitas vezes, nós passamos a definida toda a verba não definida? Não. E porque não. Por aquilo que também foi o Francisco e outros disseram, porque há sempre algo que acontece ao objetivo A ou objetivo B, que não permite executá-lo. A tal história de não termos empreiteiro, o projetista que não acabou, enfim, deste tipo de coisa.*

*E, portanto, armazena-se no não definido aquilo que não se consegue executar. Tanto assim, de forma global e para se perceber de forma simples, depois com pormenor tenho todo o gosto de lhe poder explicar isto tudo com todo o pormenor.*

*Quanto às notas do Pedro Pires da Rosa. O meu amigo está sempre perdido nestas coisas. Vocês não gostam da Avenida. O seu mentor espiritual e político, não gosta. Passa a vida a destilar a Avenida, a destilar o Rossio, vai refazer da Avenida, vai refazer o Rossio. Quer dizer é uma paranoia. Porque aquilo que você deve ouvidos cidadãos, se ligar o seu ouvido, são notas de grande positividade em relação a estas obras.*

*Mas pronto, você fica a destilar. O que é que eu lhe devo fazer. Olhe que deus lhe dê sorte e saúde e felicidade no seu trabalho. Porque aqui na política é um desastre, é um desastre total.*

*E depois há esta coisa de que se representam cidadãos! Mas representa quem? Os 2 ou 3 que andam sempre a destilar no Facebook contra a Avenida e contra o Rossio e contra a obra do Rui Chaves e contra o Siza e contra não sei do quê. A má língua é uma metodologia socialista absurda que não serve para nada de positivo para a qualidade de vida das pessoas. Hoje se circular pela Avenida Lourenço Peixinho vê que decresceu muito o tráfego rodoviário, porque as pessoas foram percebendo que só se vai à Avenida para fazer coisas na Avenida, porque as variantes que construímos, nomeadamente a peça central que foi a Avenida Dom António Francisco dos Santos, permite circular por fora. E os circuitos pedonais que hoje a qualquer hora do dia, têm uma densidade na Avenida absolutamente notável.*

*E aquela aula que é preciso responder. Porque vocês na reabilitação do mau passado, querem aldrabar os cidadãos. Empréstimo bancário para financiamento de investimento é um instrumento positivo de gestão. Dívida construída por não se pagar a tempo e horas às pessoas, à moda do PS, é má gestão.*

*E vocês, com uma intervenção como a sua procuram baralhar as pessoas e misturar as duas coisas. Eu até já disse aqui na Assembleia, repito hoje, que a nossa Câmara Municipal em todo o tempo, usou bem os empréstimos bancários. Mesmo quando lá foi buscar para o Estádio, para habitação social, para vários objetivos. Foi bem feito. Sempre bem feito.*

*Diz o Pedro, atenção, houve uma altura que tratamos mal, tirando os pormenores, falo de uma forma global, o ir buscar essa ferramenta de gestão de receita é positivo. E não hipoteca nada. Isso é a conversa de quem não estuda.*

*Porque, obviamente, quando fazemos planeamento de um empréstimo bancário, nós planeamos na despesa a capacidade de o pagar. O absurdo da gestão socialista não foi os empréstimos bancários, não. Isso foi uma coisa positiva, bem-feita. O problema foi não pagar às pessoas. Foi comprar terrenos e não pagar. Foi comprar jornais e não pagar. Foi comprar almoços e jantares e não pagar. Foi fazer obras e não pagar. E nós andámos a nos a pagar essa maluqueira toda.*

*Portanto esta coisa de misturar aquilo que é um empréstimo bancário feito ao abrigo da lei, que ainda por cima nem nos permite, é outro dos protestos dos municípios em relação aos governos, incluindo o atual. O atual também manteve os 40% de limite. Nós nem sequer podemos usar a capacidade de endividamento a este nível que está na lei, porque o Governo anterior e o atual põem na lei do Orçamento de Estado, que nós só podemos usar 40%. Portanto é a capacidade que temos de boa gestão de usar esse recurso, infelizmente, em Portugal, com o protesto formal da ANMP, só pode ser usado até 40%.*

*Portanto a solidez da gestão, agravada, na minha perspetiva, de forma negativa por essa limitação, coloca isto bem. Onde é que está o erro de gestão? É não cumprimos o espaço de pagamento. Aí sim, mas isso é a dívida má. Isso é aquilo que prejudica a atividade económica e prejudica os cidadãos, isso é que é mau, isso é que é péssimo. Agora misturar estas duas coisas, vamos lá pôr as coisas no devido sítio.*

*Dar nota, eu até nem era para contar esta história, mas conto. A nossa proposta, aliás está aqui o ideólogo, foi o Miguel Capão Filipe, de dar o nome de Casa de Música. Precisamente neste quadro da ideia de que o Miguel é o padrinho, nós discutimos muito e adotámo-la, do Quarteirão de Artes e Cultura. E temos essa referência. E, obviamente, que nunca ninguém quis imitar, a nossa Casa de Música é uma coisa fantástica, mas é o que é. A Casa da Música se conheceis no Porto. É uma coisa fantástica, mas é o que é.*

*Não sei se sabem quanto é que o Orçamento do Estado financia as atividades da Casa da Música do Porto? São só 10 milhões de euros. Só 10 milhões. Portanto não comparemos absurdos. Enfim, e a senhora que era diretora executiva até ao final do mês de Setembro, escreveu-nos uma carta absurda, toda a apertadinha, de 2 páginas, que nós, é uma desonra à Casa da Música, termos chamado Casa de Música à nossa e ameaçou de protestar, não sei do quê. Não faço ideia porque é que a senhora deixou de ser Diretora-executiva. Só sei é que o Diretor-executivo novo, que eu não conhecia, que se me apresentou, olhem, curiosamente, enfim, no sítio que nos encontrámos em Braga no fim de semana do Congresso do PSD, veio-me apresentar e dizer: Senhor Presidente aquela carta que recebeu da minha antecessora ponha no lixo. Eu vou fazer outra carta para formalmente o Senhor poder arquivar a que tem, não perca tempo a responder, porque ela deve ter tido uma paragem, não foi só essa, na gestão da Casa da Música e, portanto, não ligue a isso.*

*Eu disse, olhe eu tenho é muito gosto de podermos cooperar. Gosto mutuo. Nós temos uma das melhores orquestras filarmónicas do país, sediada aqui, e vocês também têm um trabalho excelente em termos culturais, podemos cooperar. A Casa de Música nossa e a Casa da Música vossa, nós temos o maior gosto nisso.*

*Esta é a história objetiva o resto são efabulações. Eu sei que o Pedro é especialista em efabulações, nomeadamente nestas coisas da arte, fazendo estátuas, seja comigo ou semigo, seja com o Siza Vieira e é muito interessante. Tem perdido piada, já teve performances com muito mais piada do que agora. Mas isso também é da idade, que vai-se perdendo um bocado a piada e da capacidade, a falta de capacidade de regeneração da graça que acontece geralmente a quem está preso ao passado e não consegue olhar de forma inspirada para o futuro, que vai chegando a cada dia de forma diferente.*

*Quero agradecer à Sílvia, ao Jorge, ao Bruno, ao Casimiro e ao Manuel Prior as referências. O enfatizar esta dimensão, estas dimensões que o documento tem. Este é de facto um contributo importantíssimo e positivo.*

*E já volto a nota final, mas respondendo antes às questões do Jorge Gonçalves. O concurso que referenciou está em processo final. A última é a audiência formal da lista final. Portanto a lista pré definitiva tem audição formal. Agora as pessoas dizem o que entendem por bem, para sair a lista definitiva e podermos chamar as pessoas para começarem a trabalhar. Estava aqui a pedir ajuda ao Rogério, quando nós recebemos os nossos Assistentes Operacionais eram 334, hoje são 429. E, portanto, nós cumprimos o rácio. Não conseguimos ter o rácio permanentemente, imaginem estando doente conta para o rácio. O que não conta é reformado. Doente conta. E às vezes pensa-se que só auxiliares é que os AO e os AT é que metem atestados. Não. Arquitetos, Assistentes Sociais, Carpinteiros, também metem atestados. Há faltas de malta na Educação e nós não temos lá substitutos. Nós pressionamos, rezamos, para que as pessoas tenham saúde, possam estar ao trabalho e pronto. Depois temos também, muito pouco, felizmente, muito poucos, algumas situações de doenças crónicas e de pessoas que dificilmente voltarão ao trabalho. E que, obviamente, estragam muito a média quando nós fazemos esta medição. É a estória do frango. Eu comi todo, mas como são dois, é metade para cada um. E temos situações dessas também. Mas não é só com AO e AT é também noutras áreas profissionais e procuramos gerir esse equilíbrio e a nossa performance tem sido sempre de cumprir o rácio, essa é a nossa lógica.*

*Assistentes de Ação Social, o atual Ministério continua a incumprir, como o anterior Ministério incumpria. Os números excecionais têm que ser providos do Ministério e continua a não prever, para nós podermos dar essa resposta adicional. Continua a luta à espera que o Ministério, enfim, o atual, o que temos, possa dar a resposta que até aqui não foi dada.*

*O sistema de transporte em Requeixo/Fátima/Nariz funciona muito bem. Funciona impecável. Este ano letivo é uma empresa privada que ganhou o concurso e está tudo a funcionar com grande qualidade.*

*Da habitação já falei, mas, entretanto, só uma nota aqui dos autóctones. Hoje a essa coisa dos autóctones. Ainda há dias na nossa assembleia em Aradas, defendi a honra aos aveirenses nascidos no continente menos desenvolvido do mundo africano. E, portanto, enfim, veja lá essa coisa, pode ser mal-entendido por cidadãos novos que estão cá viver há 2 anos ou há 3 e que não são autóctones no sentido literal da palavra, mas são aveirenses, cidadãos que optaram por viver connosco e são tão aveirenses como os que são de pai e mãe. E, portanto, cuidado com este tipo de operação, porque nós cuidamos de todos, independentemente do sítio onde nasceram e de quem o senhor pai é e de quem é a senhora mãe.*

*A Escola Homem Cristo já dei ponto de situação há bocado. Logo que o projeto esteja completo lançamos concurso e arrancamos com a obra. Portanto, enfim, correndo bem, nós podemos ter a obra em arranque durante o ano, no exercício 2025. Temos que dar à perna, temos que dar à perna. Início da obra, não é fim de obra, a pergunta foi início de obra. Quanto à oferta formativa, tomáramos nós que as câmaras mandassem nessa matéria. Não mandamos. Damos opinião por via da CIRA, mas não. Continua a ser dentro do Mistério da Educação que essas opções são tomadas.*

*Quero agradecer a todos a clareza e a riqueza do debate. Saímos satisfeitos, porque entendemos que temos um bom documento. Com o compromisso, obviamente que o executaremos com intensidade, com lealdade aos seus compromissos, lutando forte para cada uma em cada uma das conquistas que temos para fazer, para que, obviamente, chegado ao fim, o nível de execução possa ser o mais alto possível. Há interrogações, há. Vamos lutar naquilo que respeita à nossa competência, vamos estimular para que os tem decisões para*

*tomar, que não nós, possam fazê-lo de forma qualificada e é esse o compromisso. Porque este é um bom contributo para que o município de Aveiro continue na senda do desenvolvimento em que vem vivendo nos últimos anos. Muito obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE)<sup>038</sup>

Vogal Jorge Greno (CDS)<sup>039</sup>

Vogal Francisco Picado (PS)<sup>040</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)<sup>041</sup>

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>043</sup>

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à <sup>044</sup>votação Ponto 3 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados 2025, sendo a proposta aprovada por maioria com vinte e quatro votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1), uma abstenção (CH1) e onze votos contra (PS6+PAN2+BE2+PCP1).**

Declarações de Voto.

Vogal Pedro Rodrigues (PAN)

*“Senhor Presidente a minha intervenção é a declaração de voto.”*

De seguida o Senhor Presidente da Mesa informou o plenário <sup>045</sup>que os pontos seguintes, atinentes ao pacote fiscal, seriam discutidos em conjunto, fazendo-se depois a votação individualmente. Não se verificou oposição.

**Ponto 4 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2025;**

**Ponto 5 - Apreciação e votação da Derrama para 2025;**

**Ponto 6 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2025;**

**Ponto 7 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2025;**

**Ponto 8 – Apreciação e votação da Atualização de Taxas 2025 do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas;**

**Ponto 9 – Apreciação e votação da Atualização de Taxas 2025 do Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro.**

*(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/10/2024, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta ata).*

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos dos pontos em epígrafe.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>046</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. Para o exercício de 2025 é a exata repetição daquilo que estamos a executar em 2024 e que aqui decidimos há um ano atrás. Com a nuance, obviamente, de que os índices de atualização do regulamento do RUMA são os índices atuais, como é lógico, mas o princípio é exatamente o mesmo. E, portanto, cumprimos o compromisso que assumimos com os cidadãos, nomeadamente no que respeita à taxa de IMI*

*que assumimos no nosso compromisso eleitoral, passá-la ao longo do mandato para a taxa de 0.35 é aí que estamos. E é aí que ficamos no patamar que nos comprometemos e, portanto, o quadro de receita que provém do pacote fiscal é aquele que acabámos de aprovar no nosso Plano e Orçamento, porque, enfim, ele está feito com base neste quadro do pacote fiscal. E, portanto, a justificação política está nessa manutenção das opções que tomámos no ano passado, está nessa solidez da nossa receita que temos utilizado para boa despesa e, obviamente que o exercício político da apresentação e da aprovação da Câmara Municipal está feito, obviamente falta o exercício político, porque quem manda em última instância é a Assembleia Municipal. E, portanto, estarei ao dispor para a discussão que entendermos por bem realizar. Muito obrigado.”*

### Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>048</sup>

*“Ora, então os pontos 4, 5, 6, 7, 8, 9. Antes de abordar a substância das propostas e análise, não podemos deixar de referir, mais uma vez, as intervenções aqui proferidas em anos anteriores, desde o ano em que a votação das GOPs passou a anteceder à votação do pacote fiscal. É mais uma vez a nossa de convicção de que estes pontos da ordem de trabalhos que formaliza a arrecadação de várias receitas que iremos discutir, deveriam anteceder a discussão das GOPs. Nesse aspeto, como em tantos outros, a prática desta maioria vai contra bom senso, contra a lógica e contra o que devia ser a prática comum.*

*E, por isso, mais uma vez tomamos por exemplo a Derrama. Acabamos de votar um orçamento onde está inscrita uma derrama com uma previsão de encaixe de 7,11 milhões de euros. E se por acaso, a maioria estivesse do avesso e a Assembleia rejeitasse a proposta da Câmara? Um Orçamento com uma receita inscrita não autorizada. Do ponto de vista técnico tudo se resolvia, mas o que aqui fazemos não é técnico. Aprovar um o Orçamento antes das propostas que o vão sustentar é tomar como certo o que é incerto e é uma demonstração da falta de respeito pelo papel autónomo da Assembleia face à Câmara. É no fundo falta de cultura democrática.*

*Quanto às propostas. A começar pelo IMI, quando a taxa era de 4%, dissemos que uma recessão de 3 pontos ou superior votaríamos a favor. Fizemo-lo ano passado, aquando da redução para 3.5 e agora irá manter-se nos mesmos 3.5%. Aparentemente, mantemos a nossa concordância.*

*Contudo, mais uma vez, continuamos a não aceitar os critérios e valores de IMI familiar, porque não se trata de um instrumento de justiça fiscal. Sendo uma medida que trata de forma igual uma família com 3 filhos de rendimentos muito superiores a uma família de 5 filhos, e tem a mesma redução de 140 euros. É também injusta, porque permite que os pensionistas, desempregados e trabalhadores com baixos rendimentos, sem filhos, ou que os filhos não sejam considerados dependentes para efeitos de IRS, com prédios com o valor não lhes permitam beneficiar da isenção do artigo 48 estatuto de benefícios fiscais pagam IMI a uma taxa superior, obrigando às famílias com filhos, mas com rendimentos e prédios de valor superior. Sendo a fixação do valor do IMI, o aspeto mais relevante do pacote que é proposto dos 17 milhões.*

*Apenas uma breve abordagem, iremos abster-nos na proposta da Derrama. Trata-se de um imposto a ter na área que, com o decorrer dos anos se tornou normal, o que não significa que se torna interno e que se apresenta com valores em crescimento de cerca de 110 mil euros, o que está previsto cobrar. A abstenção será também o voto PCP acerca da tributação variável no IRS. Votaremos contra a taxa dos direitos de passagem cobrado formalmente aos operadores de telecomunicações, mas que eles fazem sempre refletir nos custos imputados ao*

*consumidor. São apenas 34 mil euros, distribuídos por quase todos, mas não é por ser pouco que a taxa passa a ser justa.*

*Quanto às propostas de atualização das taxas, decorrentes dos dois regulamentos RMTOR e RUMA de taxas de 2,19% e de 2,07% votaremos pela abstenção. O PCP continua a sua intervenção no sentido da diminuição da carga fiscal municipal e nacional. Disse.”*

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>049</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente, nesta questão do pacote fiscal, há aqui taxas que são meramente uma atualização, diremos com base na inflação, não tem qualquer tipo de impacte formal. No entanto nós gostaríamos de ver as taxas que mais tarde ou mais cedo caiem sobre os municípios o mais baixo possível. Questiono, portanto, na hipótese de num eventual IMI na taxa mínima ou uma Derrama e em um valor de IRS mais baixo — se isso numa situação mais favorável do município alguma vez poderá vir a ser considerado. Obrigado.”*

Vogal João Moniz (BE)<sup>050</sup>

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>051</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Duas breves notas sobre estes pontos. A primeira a redução da taxa IMI verificada com uma redução da receita do município de cerca de 2 milhões de euros. É significativo nas contas e equacionar mais reduções de taxa obrigaria a um reajustamento, certamente de alguns investimentos. A manutenção da taxa vai implicar, segundo as contas da Câmara, uma pequena variação na receita, que é, como já disse anteriormente um reflexo das dinâmicas da construção em Aveiro. Continua-se a construir e a vender casas e muitas e, portanto, é natural que a receita proveniente deste imposto, vá aumentando em função do número de edifícios que estão colocados no mercado.*

*Uma palavra também para o IMI familiar que abrange 6.000 agregados familiares, que eu acho que é significativo, num concelho que terá 30.000 agregados familiares, para uma população de 80.000.*

*Quanto à participação variável do IRS, apesar da taxa se manter, nota-se uma perspetiva de aumento da receita. Isto significa que as pessoas em Aveiro estão a ganhar mais. E, portanto, é um bom sinal ao contrario que aqui o meu colega do Chega referiu anteriormente. Em Aveiro as pessoas estão a ter mais rendimento e a taxa variável de IRS, está naquilo que é a receita, a aumentar.”*

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>052</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Bem, relativamente a estes pontos todos, apenas 2 notas no mesmo sentido. Enfim, a nossa posição é conhecida, não só deste ano, mas no ano anterior. E as notas vão obviamente para a questão do IMI e para a questão do IRS. E, portanto, havendo margem para descer, obviamente que deveríamos ir nesse sentido. Entendemos que não o faça, obviamente, terá feito o exercício quantitativo de quanto é que teria de prescindir em termos orçamentais e, portanto, são opções diferentes, mas manda quem pode. Portanto é isto que se irá manter.*

*Relativamente ao resto, enfim, a Derrama, acompanhamos, por razões diametralmente opostas a estas, tem uma base de taxação sobre um determinado pressuposto e atendendo à questão da atualização da taxa de inflação nada a apontar.”*

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)<sup>053</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>054</sup>

*“Neste pacote fiscal dar uma ajudazinha, de referir que a nossa proposta eleitoral era de descer o IMI para 0.35%. Na altura, a proposta do Partido Socialista era descer para 0.38%. Nós já vamos em 0.35 por isso é que não desce mais, porque já lá está.*

*Quanto ao pacote fiscal. O pacote fiscal mantém-se e cumpre exatamente aquilo que foi o programa eleitoral da Aliança com Aveiro e o compromisso com os aveirenses.*

*Este pacote fiscal suporta as Grandes Opções do Plano e Orçamento e, portanto, não podia ser diferente. Porque no PPD/PSD dispensamos a irresponsabilidade, a incapacidade, incompetência, da gestão da coisa pública, votaremos favoravelmente as propostas.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>055</sup>

*“Muito obrigado. Muito obrigado a todos. Enfim, duas ou três notas simples. Nós no dia 18 de Novembro, notificámos 310 proprietários dos tais imóveis degradados. Portanto é este o numero, provavelmente hoje já é mais, porque é raro o dia que eu não assino despachos de majoração de IMI. Nós temos um processo em contínuo, a nossa Polícia Municipal faz cadastro, faz circuito de comunicação com a divisão de gestão urbanística, a gestão urbanística valida e faz informação formal, vêm a meu despacho e depois, esse despacho tem que ter audiência do interessado, não tem aplicação imediata, portanto é necessário dizer ao cidadão, olhe nós vamos agravar devido à degradação do prédio, e o cidadão tem o direito de dizer o que é que pensa. Usando esse direito nós já anulámos algumas notificações porque as pessoas vieram justificar. Lembro-me de um caso em que fez a demolição, portanto, demoliu e acabou. Outros justificaram que, aparentemente, os imóveis exteriormente tinham danos, mas que tinham competência para estar ocupados e, portanto, demos razão em 10 das 310 notificações. Portanto é um processo que entrou em pressão continuada e assim vai continuar a acontecer.*

*Relembro o que disse há dias aqui. O agravamento só cessa quando houve fisicamente um ato conseqüente que acabou com o problema. O ato conseqüente pode ser a demolição, pode ser o emparedamento com a devida qualidade ou pode ser o início de uma obra de reabilitação. Portanto é este o quadro e são estes os números à data de 18 de Novembro quando os pedi ao serviço. Perspetivava que a pergunta fosse feita e é obviamente pertinente.*

*Quanto ao IRS, isto é uma sobretaxa! As Câmaras têm o direito legal de pegar nos seus 100% que os cidadãos pagam e diminuir até os 5%. É isto que se passa. Aqui não há nenhuma sobretaxa. Quero deixar isto claro. Nós entendemos que o problema do IRS que é pesado demais em Portugal sobre rendimento do trabalho, não está nos 5%. Está nos 95% que o Estado cobra, não somos nós câmaras municipais, que temos que tratar desse desagravamento é o Governo do país e a Assembleia da República em última instância que é quem é quem legisla esta matéria. Portanto é este o nosso o nosso quadro.*

*Francisco Picado, é sempre fácil na oposição, dizer, corta na receita. depois é uma chatice e já temos histórico nisso, onde é que se corta na Despesa e, em regra, o João Moniz queria mais uns milhões na habitação, e mais não sei o quê, é sempre aquela dialética. Nós estamos bem com aquilo que fazemos na despesa com a receita que temos. E a receita, nesta que provém desta dimensão do pacote fiscal é um fator equilibrado para o município que tem a estrutura de rendimento que ainda há pouco tivemos uma aula sobre ela, dada pelo nosso colega Gabriel Bernardo. E, portanto, entendemos que este processo está equilibrado.*

*António Nabais o IMI familiar devia ter outra estrutura! Não discuto. Já teve, já teve no passado, depois tem agora este tratamento igualitário, na lógica estrita de que é um instrumento de estímulo à natalidade e, portanto, para estimular a natalidade não interessa o*

*rendimento da família. É esse o raciocínio do legislador. Nós aí ou aplicamos o IMI familiar conforme está na lei ou não aplicamos. E a nossa decisão é obviamente de aplicar. Muito obrigado.”*

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa deu início às votações dos Pontos 4,5,6,7,8 e 9.

**Ponto 4 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2025, a proposta foi aprovada<sup>056</sup> por maioria, com vinte e cinco votos favor (PSD18+CDS5+PPM1+PCP1), zero abstenções, e onze votos contra (CH1+PS6+PAN2+BE2).**

**Ponto 5 - Apreciação e votação da Derrama para 2025, a proposta foi aprovada<sup>057</sup> por maioria, com trinta votos favor (PSD18+CDS5+PPM1+PS6), quatro abstenções (CH1+BE2+PCP1), e dois votos contra (PAN2).**

**Ponto 6 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2025, a proposta foi aprovada<sup>058</sup> por maioria, com vinte e quatro votos favor (PSD18+CDS5+PPM1), quatro abstenções (CH1+PAN2+PCP1), e oito votos contra (PS6+BE2).**

**Ponto 7 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2025, a proposta foi aprovada<sup>059</sup> por maioria, com trinta votos favor (PSD18+CDS5+PPM1+PS6), três abstenções (CH1+PAN2), e três votos contra (BE2+PCP1).**

**Ponto 8 – Apreciação e votação da Atualização de Taxas 2025 do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas, a proposta foi aprovada<sup>060</sup> por maioria, com trinta votos favor (PSD18+CDS5+PPM1+PS6), quatro abstenções (CH1+PAN2+PCP1), e dois votos contra (BE2).**

**Ponto 9 – Apreciação e votação da Atualização de Taxas 2025 do Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro, a proposta foi aprovada<sup>061</sup> por maioria, com trinta votos favor (PSD18+CDS5+PPM1+PS6), quatro abstenções (CH1+PAN2+PCP1), e dois votos contra (BE2).**

Não houve declarações de voto.

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal colocou à deliberação<sup>062</sup> do plenário a continuação dos trabalhos para além do período regimental da meia-noite, sendo aprovado por unanimidade.

Continuando, colocou à votação do plenário que a Moção e a Proposta de Recomendação, apresentadas pelo grupo municipal do BE, seriam apresentadas em conjunto e depois votadas em separado. Colocada à votação foi aprovado por maioria.

**Ponto 10 – Apreciação e votação da Moção “Defesa da cessação da ofensiva das forças armadas israelitas e apoio à ajuda humanitária”;**

**Ponto 11 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação “Defesa de não contratação da empresa envolvida no esforço de guerra, no genocídio em gaza e na ocupação ilegal de colonatos”.**

De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra ao líder do Grupo Municipal do BE para apresentação da Moção e da Proposta de Recomendação em epígrafe.

Vogal João Moniz (BE):<sup>063</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente, mas não posso deixar de referir que discorda desta metodologia. Acho que isto fere a dignidade das propostas e fere também a dignidade da própria bancada da Assembleia, porque todas as bancadas têm direito apresentar propostas, elas devem ser discutidas com a dignidade devida. E certamente vão concordar comigo que as condições para que pedir uma proposta, seja ela qual fosse, não estão reunidas para discuti-la com dignidade. Tinha que fazer este ponto prévio.*

*Passando à apresentação das propostas. Está a acontecer um massacre na Palestina. O Estado israelita tem cometido crimes de guerra e crimes contra a humanidade, nomeadamente a utilização da fome como métodos de guerra. Por dirigir intencionalmente um ataque contra a população na Palestina, por fazer um ataque generalizado e sistemático contra a população civil de Gaza e tem intencional e conscientemente privado a população civil de Gaza de objetos indispensáveis à sua sobrevivência, incluindo alimentos, água e medicamentos e aprovisionamentos médicos, bem como combustível e eletricidade.*

*Tem ainda infligido grande sofrimento através de atos desumanos a pessoas que necessitam de tratamento. Este é o conteúdo do mandato de captura emitido pelo Tribunal Penal Internacional para a detenção do primeiro-ministro israelita e o seu antigo ministro da Defesa. Originalmente, o mesmo mandato pedia também a intenção de 3 membros, 3 líderes do Hamas por crimes de extermínio, pelos atentados de 7 de Outubro de 2023. No entanto, segundo as informações disponíveis, estes 3 indivíduos já terão sido assassinados.*

*Um comité especial das Nações Unidas considerou que as políticas e práticas de Israel em Gaza são consistentes com características de genocídio. Com efeito, num ano de invasão terrestre em Gaza as Forças Armadas israelitas mataram 4.000 palestinianos, entre os quais mais de 11.000 são crianças. Foram também assassinados 230 funcionários da ONU e 140 jornalistas e estes números estarão muito provavelmente desatualizados.*

*Existe ainda quase 2 milhões de deslocados e 1 milhão de palestinianos em Gaza a viver em campos de refugiados ou abrigos. As escolas e os hospitais foram destruídos. As Forças Armadas israelitas atacaram também as forças das Nações Unidas estacionadas no Líbano. Não se trata de uma guerra contra o Hamas, porque ofensiva do Estado israelita e dos colonos tem também sido intensificada na Cisjordânia, onde quem governa não é o Hamas, mas sim a Autoridade Palestiniana. e não podemos esquecer que o Estado israelita promoveu a ascensão do Hamas desde a década de 70, como forma de debilitar a Autoridade Palestiniana, infelizmente com sucesso.*

*O que Israel está a fazer é um massacre, não é só o massacre atroz, mas é também destruir as poucas garantias da tutela mundial que existem na garantia dos direitos da defesa dos direitos humanos e, portanto, é por isso importante a execução do mandato do Tribunal Penal Internacional.*

*Posto isto, a CIRA, atribuí em fevereiro de há um ano atrás, uma concessão do serviço autocarros à empresa israelita Nativ Express Public que assim passou a operar a BusWay. Esta empresa é propriedade de um fundo de infraestruturas de Israel, o Noy Fund, que trabalhou para o Exército israelita, incluindo na construção de Campos militares, de campos de treino militar.*

*No setor da energia Noy Fund está associada a uma outra empresa, que está envolvida na construção de bases militares e edificação de um muro que cerca a Faixa de Gaza, bem como instalações de colonatos ilegais. Estes colonatos são novas povoações israelitas em territórios que as Nações Unidas não reconhecem como fazendo parte Israel, mas reconhecem-no como parte da Palestina ocupada ilegalmente. E assim trazemos 2 propostas*

a essa assembleia. Uma recomendação à Câmara Municipal no âmbito da CIRA, que pretende no seu ponto resolutivo excluir a atual empresa Nativ Express Public da concessão dos autocarros na cidade e fim do atual contrato e que seja criado um código de ética no âmbito da CIRA para contratações públicas que preveja a exclusão de concursos de qualquer concorrente envolvidas em violações de direitos humanos ou do direito internacional.

E a par desta recomendação, apresentamos uma moção que resumidamente, propõe instar o Governo português a um conjunto medidas de defesa da suspensão imediata da ofensiva das Forças Armadas israelitas, do apoio ao mandato de captura do Tribunal Penal Internacional. Do apoio ao processo instaurado pela África do Sul no Tribunal Internacional de Justiça contra o Estado de Israel e ainda prevê ainda a exigência da libertação imediata de todos os reféns, do fim do ataque das Forças Armadas israelitas às forças de manutenção da paz das Nações Unidas, do fim dos ataques às associações humanitárias, às organizações humanitárias das Nações Unidas, do fim do bloqueio de Israel à entrada de ajuda humanitária na Faixa de Gaza e, por último, que seja reconhecido o Estado da Palestina. Consideramos que estas medidas são de um claro compromisso com os valores dos direitos humanos e que é imperioso que a autarquia de Aveiro e que a CIRA não tenha de qualquer forma ligação com atores envolvidos em crimes de guerra ou crimes contra a humanidade, como o genocídio ou as violações do direito internacional que estão em curso na Palestina. Disse.”

Presidente da Mesa:<sup>064</sup>

“Eu queria fazer um esclarecimento que à bocadinho não fiz. Eu fiz um pedido de informação ao apoio jurídico da Câmara em relação a estas duas propostas. E o mesmo foi conforme ao seu agendamento.”

#### Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>066</sup>

“Perante os factos reais que lamentavelmente temos constatado é observado diariamente, reconhecidos repugnados por toda a comunidade internacional. Perante a esclarecedora condenação do Tribunal Internacional de Justiça sobre Israel, e ainda agora corroborada com a decisão do Tribunal Penal Internacional dos mandatos de detenção aos líderes beligerantes, o PCP não se opõe à moção apresentada pelo BE, votando favoravelmente. Quanto ao ponto do Bus, o PCP é desde sempre e por princípio, quanto à privatização ou concessão a privados do serviço de transportes. Tarefa que a Câmara Municipal de Aveiro levou a cabo durante décadas, até às mais recentes maiorias do PSD/CDS.

Somos contra a concessão ou privatização, independentemente da nacionalidade, ou natureza dos concessionários de serviço. PCP não acredita que as sanções económicas sejam a forma de resolução de conflitos militares. Está provada a sua ineficácia e a sua tendência para errar os alvos. Essa tem sido a política seguida por outros como forma de chantagem sobre países e povos. De resto, revelando uma chocante dualidade de critérios sem explicar as suas reais intenções. Não obstante, ao caso em apreço, e tomando como fidedignas as acusações na moção apresentada pelo partido proponente, particularmente atendendo à acusação da empresa em causa, em particular do complexo militar israelita, que leva a cabo uma campanha de genocídio contra o povo palestino, mais de 43 mil mortes, na sua maioria crianças e mulheres e de ataque a outros países como Líbano Irão e Síria, o PCP decide oficialmente que vai aprovar esta moção.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>067</sup>

*“Senhor Presidente da Assembleia, nós relativamente à primeira moção de defesa de cessação da ofensiva das Forças Armadas israelitas e apoiar a ajuda humanitária. Nós discordamos radicalmente que uma proposta destas tenha lugar de nesta assembleia! Portanto, eu vou sair da sala durante a votação deste ponto. Podem marcar falta se quiserem, porque para mim a senha de presença é a minha última preocupação.*

*Relativamente ao ponto seguinte, a proposta seguinte, que tem a ver com o município, nós votaremos contra.”*

(Saiu da sala o Vogal Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo).

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>068</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. Eis uma guerra que não sabemos quando terá fim ou sequer se terá alguma vez. Enfim, no seu enquadramento, teremos de ir mais atrás no passado e entender que temos sobretudo vítimas civis a lamentar ao longo do tempo, quer palestinianos quer israelitas.*

*A moção do Bloco, por motivos ideológicos, apela à condenação apenas das ações por parte de Israel. E se por um lado acompanhamos condenação da brutalidade da guerra praticada por Israel contra a população da Faixa de Gaza, também não podemos deixar de referir as mortes de israelitas às mãos dos grupos terroristas palestinianos. Foi esse o entender do Tribunal Penal Internacional quando ontem anunciou a emissão de mandados de captura para o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu e para o seu antigo ministro da Defesa, mas também para o líder do Hamas. Precisamente porque a esta altura, todos eles responsáveis por crimes de guerra e não deveremos responsabilizar um e desresponsabilizar os outros. E se por um lado, concordamos com alguns dos pontos da moção, por exemplo, sobre o reconhecimento do Estado da Palestina, por outro, em outros pontos, nota-se efetiva falta de equilíbrio que é proposto. É o caso da aplicação do mandato de detenção para o líder israelita, esquecendo o líder do Hamas!”*

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>069</sup>

*“24/2/2022;7/10/2023;13/4/2024;1/10/2024. Em todas estas datas houve invasões e ou ataques militares com armas militares de longo alcance. Com consequências para os invadidos atacados, incluindo mortes indiscriminadas, raptos, destruição de infraestruturas civis ou, caso estes factos não tenham ocorrido, isso deve-se à capacidade de defesa de quem foi atacado. Em momento algum destas datas, o senhor do Bloco de Esquerda não apresentou qualquer moção a condenar os ataques que violam o direito internacional.*

*Fazê-lo, aqui agora, a favor da Palestina, demonstra um comportamento demagógico e é por isso que este documento é totalmente desonesto. E é também uma tentativa de ocultar a realidade que vai acontecendo noutros locais do mundo. Por esse motivo estamos contra esta Moção.*

*Relativamente ao ponto 11, basicamente, é um erro de formulação. O Bloco de Esquerda se quer tratar dos assuntos da CIRA que trate, mas terá de eleger deputados para estarem presentes na CIRA. Por outro lado, é mesmo xenofobia, porque se dedica a condenar exclusivamente um povo e nós não podemos aceitar propostas xenófobas nesta Assembleia.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[070](#)

*“Bem, eu não me consigo pronunciar sobre nenhum destes pontos. Não passam de um processo de intenção para o qual não estou minimamente habilitado para fazer a discussão sobre isso. A única experiência que eu tenho como cidadão atento, é que quer o líder de um lado dos israelitas que tem problemas com a justiça, etc, e que se tem safado de algumas complicações políticas à conta de estarem num conflito militar, mas também quer os líderes do Hamas, que fingem que protegem o povo da Palestina e não protegem coisa nenhuma, estão a arranjar maneira de desgraçarem estes dois povos. Estes 2 povos à conta dos líderes políticos que estes senhores têm. E vexas vêm aqui e fazem isto só para um lado! Que é, parece-me claro, não é. De facto, não está aqui, deter também o presidente da Palestina. Agora eu acho que isto não faz sentido nenhum na Assembleia Municipal de Aveiro. A minha questão é: o Bloco de Esquerda não tem deputados na Assembleia da República? Foram assim tão más as eleições, não é. Este é o meu primeiro pensamento.*

*O segundo é: isto é para a estatística? Para depois aparecer o Nelson Peralta no final quando agora for candidato outra vez à Câmara, a dizer que apresentou 50 moções e tal, na assembleia municipal. Isto é para a estatística?*

*É que esta Moção do ponto 11, é surreal. É surreal, porque é o Bloco de Esquerda a sugerir ao Presidente da Câmara, porque era ele que teria que levar esta mensagem para CIRA, para que a CIRA, no fundo, elaborasse um código de contratação pública próprio, o que estaria a violar o Código de Contratação, e não apresentam um único documento, e era o “chico dos pipos” quando acabasse o contrato, vá lá, que não pedem para sair já neste contrato. Até achei que eram umas indemnizações porreiras que o Bloco de Esquerda queria que a CIRA ou Câmara pagassem. Mas depois, a limitação a seguir, quando houvesse a renovação da concessão já acontecer exatamente a mesma coisa. Pedir dinheiro, como é evidente.*

*Para além de que, e é o que é o mais grave, já será um problema do Bloco de Esquerda, de vossas excelências, fazem uma série de imputações à empresa, que eu não sei minimamente se são verdadeiras ou não. Vocês não apresentaram um único documento que comprovasse isto? Eu sou o Taça agora favoravelmente esta moção não é, votaria a avalizar que tudo o que vossas excelências dizem, não é, está absolutamente comprovado e eu aposto que nem vossa Excelência tem a certeza disso, foram ler onde isso, onde é que estão os documentos, onde é que estão as por todas as provas de que a empresa teve esses comportamentos todos que teve? Eu se votasse agora favoravelmente esta Moção, estaria a avalizar tudo o que vossas excelências dizem sem estar comprovado. E eu aposto, que nem vexas têm a certeza disso? Foram ler onde, onde é que estão os documentos, onde é que estão as provas de que a empresa teve todos estes comportamentos que dizem que teve? Eu não estou a dizer que não possam, mas para se fazer uma Moção destas, isto não é uma brincadeira. Isto apesar de não ser propriamente o Governo da nação, enfim, é a Assembleia Municipal de Aveiro e tem alguma dignidade. Não pode fazer uma deliberação nestes termos.*

*Isto que fique, que o Bloco de Esquerda tem usado sistematicamente este tipo de moções, que vai replicando pelo país fora e, do meu ponto de vista, desprestigia (é a minha opinião) do meu ponto de vista, desprestigia em absoluto este tipo de moções que depois não são, quando são apresentadas sobre um assunto cabal e que tenha a ver, eventualmente não só com o município, mas também com os aveirenses, depois já não é discutido com a mesma seriedade com que deveria ter sido, porque já foi tão banalizado e tão mal utilizada a figura que eu acho que vocês prestam um mau trabalho à democracia. É a minha perspectiva sobre o tema e, portanto, naturalmente, votarei contra com todo o gosto as duas moções.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[070](#)

*“No PSD e estando atento no que as moções merecem, votamos contra ambas.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[071](#)

*“Muito obrigado. Só por uma questão de princípio e da seriedade, sempre que ouço falar nestas coisas, há uma nota explicativa que é importante, porque acho que há muita ignorância nisto.*

*O que se passa em Israel, é uma luta entre os Estados Unidos e a Rússia, em que o parceiro Estados Unidos é Israel e o parceiro da Rússia é o Irão.*

*O que se passa com Israel é que Israel conseguiu a paz há muitos anos, muito dura depois de muitas guerras com os países islâmicos sunitas, que são as suas maiores fronteiras. As maiores fronteiras que Israel tem são com o Egipto e a Jordânia, países sunitas. E um acordo de paz há muito duradouro com o maior país sunita do mundo que é a Arábia Saudita.*

*Onde é que está o problema? O problema está na relação de Israel com os xiitas. Quais são as fronteiras, são muito pequeninas, mas são as fronteiras de Israel com a Síria e o Líbano. São países maioritariamente xiitas, e o maior país xiita do mundo é o Irão.*

*Onde é que fica o problema? Fica que o Hamas é um partido político e uma organização terrorista absolutamente ligado e financiado pelo Irão. E o Hezbollah é um exército iraniano estacionado dentro do Líbano. E tem que por exemplo passar pelo Hezbollah, a concordância para que alguém seja presidente do Líbano.*

*O Líbano está sem presidente há já alguns anos, porque o Hezbollah não concorda com a proposta que lhe foi apresentada. E, portanto, esta é a questão geopolítica, esta é a questão principal. Há depois um problema interno na Palestina, que é a guerra, guerra que é mesmo guerra, entre a Fatah que controla a Cisjordânia a Norte e o Hamas que controla a Faixa de Gaza. Há uma luz de esperança. O acordo assinado esta semana entre os dois é uma luz de esperança, porque, obviamente, enquanto não existir paz dentro da Palestina, ninguém vai aceder dar um Estado à Palestina.*

*A Palestina tem que ter um Estado claro que sim, mas é preciso que ganhe a credibilidade interna para o ter. E Israel tem que respeitar um Estado palestiniano, absolutamente, sim. Mas desde o momento que esse Estado palestiniano construído na solidez dos partidos palestinianos, saiba respeitar o Estado israelita. Esta é a questão.*

*Metermo-nos onde não somos chamados, de julgadores, como disse o Pedro Pedrosa e bem, arranjarmos aqui um código de contratação pública especial para a CIRA, metermo-nos onde não somos chamados, mesmo que tudo fosse verdade, que fossem traficantes da droga, fossem traficantes das coisas piores do mundo, nós podíamos pegar nisso e cessar um contrato? Só para quem não percebe nada disto, como é evidente.*

*Portanto são efabulações absurdas, este assunto será tratado na CIRA na próxima segunda-feira, porque, enfim, como sabem, isto nasceu de uma nota do Bloco de Esquerda a nível nacional divulgada pela Lusa há já algumas semanas e quando aquilo saiu, eu liguei ao Presidente Joaquim Batista, olhe meu caro presidente, vamos ter que tratar disto, porque seguramente o Bloco de Esquerda vai replicar isto nas assembleias municipais onde está e pronto, a CIRA tem que arrumar o assunto.*

*Nós temos que fazer o nosso trabalho, A BusWay tem a participação do fundo que disse, mas tem que fazer o seu trabalho, tem que cumprir a operação que está, e obviamente não nos metemos em palhaçadas, porque isto é mais uma palhaçada do Bloco de Esquerda. Trabalhamos para os nossos cidadãos. Foi a empresa que ganhou legitimamente o concurso, tem feito um trabalho, já estamos com um ano e quatro meses, tem feito trabalho globalmente bom. Há coisas para melhorar obviamente que sim. E é aí que temos que sentar o nosso foco,*

*outras ambiências e outras questões. Obviamente, há no país, na Europa e no mundo, quem trate delas que não somos objetivamente, nós defendemos a paz entre os povos, nós temos que tratar daquilo que é a nossa competência legal e política e outros que tratem da sua competência legal e político. Muito obrigado, obrigado senhor.*

#### Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>072</sup>

*“Eu confesso que fiquei um pouco surpreendido, porque eu estava à espera de respostas diferentes, por protagonistas diferentes. Eu estava mesmo à espera que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Ribau Esteves, assumisse aqui o papel assumido pelo Pires da Rosa, de certa forma. Mas não, o Senhor Presidente, apesar de nós cuidarmos da análise que faz, discutiu a proposta. Discutiu e até a debateu. Agora, debater a tentar dar lições a outros partidos, onde é que isso já se viu. Outros membros daqui da Assembleia excedem o seu mandato e tentam dar lições de como é que um outro força política (não estou a dizer que foi o Senhor Presidente), foi o senhor deputado Pires da Rosa que acha que tem autoridade moral para dar lições de moral (ouvem-se vozes). Sim, tenho que concordar com o Senhor Presidente, lições de funcionamento para as outras bancadas. Era o que mais faltava agora o Bloco de Esquerda ou qualquer outra bancada, começar a funcionar de acordo com as instruções de uma terceira bancada, seria um absurdo total e um desrespeito, aliás, pelo mandato, que esta bancada recebeu.*

*No que toca à argumentação, nós fomos bastante claros na nossa apresentação da proposta e nos textos das moções. Nós consideramos que a Câmara Municipal de Aveiro e a CIRA não podem estar associadas a empresas que têm ligações perigosas com crimes de guerra, com violações de direitos humanos e com violações do direito internacional. E a nossa moção pretende só menos isso, desvincular a Câmara Municipal e a CIRA de uma empresa que tem ligações a um crime que muito provavelmente será julgado em breve e que seria um dano reputacional para a Região estar associado a estas empresas.*

*E, portanto, a proposta do Bloco tem essa pretensão de assegurar o direito internacional, assegurar que a Câmara Municipal e a CIRA não estão associados crimes de guerra ou crimes e violações do direito internacional. Disse.”*

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa iniciou à votação o Ponto 10 – Apreciação e votação da Moção “Defesa da cessação da ofensiva das forças armadas israelitas e apoio à ajuda humanitária”, sendo Moção rejeitada<sup>073</sup> com trinta votos contra (PSD18+CDS5+PPM1+PS6), duas abstenções (PAN2), e três votos a favor (BE2+PCP1).**

(Reentrou na sala o Vogal Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo).

**Em continuação o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 11 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação “Defesa de não contratação da empresa envolvida no esforço de guerra, no genocídio em gaza e na ocupação ilegal de colonatos”, sendo a proposta de recomendação rejeitada<sup>074</sup> com trinta e um votos contra (PSD18+CDS5+PPM1+CH1+PS6), duas abstenções (PAN2), e três votos a favor (BE2+PCP1).**

Vogal João Moniz (BE)<sup>075</sup>

*“Senhor Presidente a minha intervenção é a declaração de voto.”*

**Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta<sup>076</sup> da acta respeitante à reunião da Sessão ordinária, não se verificando oposição. Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.**

**Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade<sup>077</sup> cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**De seguida deu por encerrada<sup>078</sup> a sessão ordinária de Novembro/Dezembro.**

**Eram 00:45 horas do dia 23 de Novembro de 2024.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(4:15)